

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Fecham-se escolas, abrem-se prisões:  
uma análise sobre a transformação do Colégio Paulo da Gama em um Presídio Militar  
Especial (Porto Alegre, 1964)**

**Victor Alex Pereira dos Santos**

Porto Alegre

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Fecham-se escolas, abrem-se prisões:  
uma análise sobre a transformação do Colégio Paulo da Gama em um Presídio Militar  
Especial (Porto Alegre, 1964)**

Victor Alex Pereira dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Caroline Silveira Bauer

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Dos Santos, Victor Alex Pereira  
Fecham-se escolas, abrem-se prisões: uma análise  
sobre a transformação do Colégio Paulo da Gama em um  
Presídio Militar Especial (Porto Alegre, 1964) /  
Victor Alex Pereira Dos Santos. -- 2023.  
68 f.  
Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em  
História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Ditadura civil-militar brasileira. 2. Brigada  
Militar. 3. Presídio Militar Especial. 4. Colégio  
Paulo da Gama. I. Silveira Bauer, Caroline, orient.  
II. Título.

Victor Alex Pereira dos Santos

**Fecham-se escolas, abrem-se prisões:  
uma análise sobre a transformação do Colégio Paulo da Gama em um Presídio Militar  
Especial (Porto Alegre, 1964)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Caroline Silveira Bauer (UFRGS) - Orientadora

Prof. Dr. Rhuan Targino Zaleski Trindade (UFPR)

Prof. Dra. Carla Mauch (UFRGS)

## AGRADECIMENTOS

Apreendi durante a escrita desta monografia que pesquisar sobre a ditadura civil-militar no Brasil não é tarefa fácil. Mas ela vale o esforço. Para além das dificuldades inerentes à construção de um trabalho tão extenso e detalhado, que possui difícil acesso a suas fontes, soma-se a esta conjuntura uma angústia constante e desgaste emocional que até então eu não havia vivenciado dentro da UFRGS. Contudo, paradoxalmente, gratifica ao chegar no fim. Isto, pois, não em virtude de vaidade, mas em razão do dever cumprido. Da sensação de recompensa pela dedicação.

Este ato, de trabalhar com a história dolorida, necessita de muita sensibilidade e delicadeza, que apenas almejo ter mantido, em honra e nome de todas e todos indivíduos que tiveram suas vidas tocadas pelo regime ditatorial.

Por ter tido a oportunidade de aprender e sentir tudo isso e muito mais, agradeço.

Aos professores do departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me acolherem e ensinarem ao longo dos anos de graduação.

À Carol Bauer, por aceitar a empreitada de me orientar, apesar das adversidades, quando eu mesmo já não acreditava. Foste tranquilidade, conhecimento e gentileza.

À professora Cláudia Mauch, membro da banca avaliadora, pela atenção e disponibilidade.

Ao professor Rhuan Zaleski, membro da banca avaliadora, amigo e exemplo, que me inspirou e ensinou a amar o estudo e ensino de história.

Aos professores Vinícius Furini e Bárbara Groff, amigos e camaradas, inestimáveis fontes de saber, que acolheram a mim e ao meu trabalho, revisando e aconselhando durante sua construção.

Aos funcionários do Colégio Paulo da Gama, por me receberem e disporem de seu tempo para me auxiliar.

À minha família, mãe, pai, irmã e irmão. Saibam que esta investigação foi escrita pensando exclusivamente em vocês, ninguém além. Espero que tenham a oportunidade de ler e aprender algo que aqui está contido. Agradeço por me colocarem onde estou.

Aos meus amigos Arthur, Mirela, Amanda, Marina, Gustavo, Jônatas, Luiza, Solano, Bruna, Matheus, Roberta, Nathalie e tantos outros. Vocês são os bens mais preciosos que acumulei nesta breve vida. Que possamos dividir outras vidas mais.

À Júlia, preciosa amizade que cultivei durante o curso e que floresceu para a eternidade. Você foi abrigo nos tempos de tempestade.

À Carolina, amiga que a vida ofereceu e que aceitei de bom grado. Por toda jornada compartilhada, amor, afeto, sinceridade e apoio. Tu és essencial na formação da pessoa que sou hoje.

À Carol, minha companheira de todos os momentos. Sejam bons ou ruins, você esteve lá. Sempre foi você. Que meu amor seja honesto e sincero, que meu afeto seja potente e duradouro. Que eu te faça feliz como você me faz.

À Jair Krischke, pela hospitalidade e simpatia em me ajudar nesta investigação. E, para além disso, por lutar pela história e pelos direitos de centenas de mulheres e homens marcados pela tirania.

À Enrique Serra Padrós, **por tudo**.

O dia em que o morro descer e não for carnaval  
Ninguém vai ficar pra assistir o desfile final  
Na entrada, rajada de fogos pra quem nunca viu  
Vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil  
Guerra civil

O dia em que o morro descer e não for carnaval  
Não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral  
E cada uma ala da escola será uma quadrilha  
A evolução já vai ser de guerrilha  
E a alegoria, um tremendo arsenal

O tema do enredo vai ser a cidade partida  
No dia em que o couro comer na avenida  
Se o morro descer e não for carnaval

*O dia em que o morro descer e não for carnaval, Wilson das Neves*

## RESUMO

Esta monografia se propôs a pesquisar o Colégio Paulo da Gama, localizado em Porto Alegre, RS, durante os primeiros momentos da ditadura civil-militar brasileira (1964). Este estabelecimento de ensino teve seu propósito educacional alterado, no período em questão, tornando-se o Presídio Militar Especial, planejado para receber praças e oficiais da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Pretende-se, com esta investigação, estabelecer a relação dos motivos que levaram à conversão de um prédio escolar em um estabelecimento de repressão e punição. Dessa forma, para chegar até a resposta dessa problemática, que transformou uma escola em prisão, nossas indagações tiveram de relacionar os motivos que serviram de alicerce para esta decisão e que desencadearam uma "operação limpeza" na BM gaúcha durante o referido período.

À vista disso, partimos de uma metodologia de análise crítica sobre fontes produzidas pelo Estado brasileiro no período - nos atentando às particularidades implicadas nas intenções de sua criação - e dispostas da seguinte forma: um Inquérito Policial Militar realizado contra agentes da Corporação, e um boletim geral da Brigada Militar constando a requisição da escola para se tornar um presídio. Para contrapor ambos documentos, propomos a utilização de um livro de memórias escrito por um dos policiais atingidos pela perseguição de Estado. A partir do que foi investigado, quando relacionada com a revisão bibliográfica de outros materiais produzidos sobre o tema, foi possível compreender quais foram os motivos que justificaram, aos olhos do aparato repressor, a cassação e encarceramento dos oficiais e praças da Corporação, bem como a possível lógica por trás da escolha de transformar uma escola em uma prisão. Assim, é possível compreender os usos do passado e a memória a cerca de um local que ainda se faz vivo e presente no cotidiano urbano da comunidade porto-alegrense.

**Palavras-chave:** Ditadura civil-militar brasileira; Brigada Militar; Presídio Militar Especial; Colégio Paulo da Gama.

## ABSTRACT

The present paper intends to analyze the Paulo da Gama School, located at Porto Alegre, RS, during the first moments of the Brazilian civil-military dictatorship (1964). This establishment had its educational purpose changed, in the period in question, becoming the Special Military Prison, planned to receive soldiers and officers from the Military Police of the State of Rio Grande do Sul.

The aim of this investigation is to establish a list of the reasons that led to the conversion of a school building into an establishment of repression and punishment. Thus, to arrive at the answer to this problem, which turned a school into a prison, our inquiries had to list the reasons that served as the foundation for this decision and which triggered a "cleaning operation" in the Military Police of Rio Grande do Sul during that period.

In view of this, we start with a methodology of critical analysis of sources produced by the Brazilian State in the period - paying attention to the particularities involved in the intentions of its creation - and arranged in the following way: a Military Police Inquiry carried out against agents of the Corporation, and a general bulletin of the Military Brigade containing the school's request to become a prison. To contrast both documents, we propose the use of a memoir written by one of the policemen affected by the persecution of the State. From what was investigated, when related to the bibliographic review of other materials produced on the subject, it was possible to understand what were the reasons that justified, in the eyes of the repressive apparatus, the impeachment and imprisonment of the officers and soldiers of the Corporation, as well as the possible logic behind the choice to turn a school into a prison. Thus, it is possible to understand the uses of the past and the memory of a place that is still alive and present in the urban daily life of the Porto Alegre community.

**Keywords:** Brazilian civil-military dictatorship; Military brigade; Special Military Prison; Paulo da Gama School.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AI – Ato Institucional**

**BNM – Brasil: Nunca Mais**

**BM – BRIGADA MILITAR**

**EUA – Estados Unidos da América**

**IPM – Inquérito Policial Militar**

**MJDH – Movimento por Justiça e Direitos Humanos**

**PCB – Partido Comunista Brasileiro**

**PM – Polícia Militar**

**POA – Porto Alegre**

**PTB – Partido Trabalhista Brasileiro**

**RS – Rio Grande do Sul**

**STM – Superior Tribunal Militar**

**UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. A POLÍCIA MILITAR E SUA FORMAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>3. A TRAJETÓRIA DA BRIGADA MILITAR .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1 A Campanha da Legalidade: A BM contra a revolução .....</b>	<b>28</b>
<b>4. O GOLPE: RESISTÊNCIA E EXPURGOS .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1 O RS no golpe .....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 As acusações sobre os Brigadianos .....</b>	<b>46</b>
<b>5. O PRESÍDIO MILITAR ESPECIAL .....</b>	<b>53</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

À primeira vista, o gigante colégio azul localizado na esquina da avenida Silvado com a rua Capitão André Paris, no Aparício Borges, bairro de classe média baixa na zona leste de Porto Alegre, chama pouca atenção. O que desperta curiosidade, talvez, é o fato de ser o único prédio de uso não policial em toda sua quadra. Aos que possuem um olhar mais detalhista, podem localizar logo à frente do portão principal da escola uma placa de mármore marrom - hoje estilhaçada - fixada no calçamento da via pública com os dizeres: "Construído para ser escola, este prédio foi requisitado pelo Comando da 6ª DI do Exército Brasileiro com fim exclusivo de servir como presídio militar especial administrado pela Brigada Militar, de abril a novembro de 1964. Salas de aula viraram celas para cerca de 80 brigadianos, presos políticos do golpe de 1964."

Ali, no prédio azul, o administrador encarregado, coronel Oscar Ávila da Cunha, encarcerou e praticou terror a seus próprios colegas de farda marcados e perseguidos pelo regime por serem ou filiados ao PTB, ou possuírem laços diretos com o político trabalhista Leonel Brizola.

A prisão não sobreviveu a muitos meses, e já no ano seguinte, em 1965, o prédio foi esvaziado e abandonado pelos guardas da Brigada Militar, passando novamente o controle do local para a prefeitura de Porto Alegre. Os soldados que mantiveram colegas sob constantes ameaças físicas e psicológicas voltaram a suas funções rotineiras dentro das fileiras da Corporação, porém os presos políticos que ali passaram nunca mais iriam esquecer do terror vivenciado dentro e fora das celas do Presídio Especial.<sup>1</sup>

A placa citada soma-se a outras 8 que compõem o Projeto "Marcas da Memória" desenvolvido pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH) que junto a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, demarcou locais urbanos onde ocorreram violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar na cidade. O objetivo do projeto é o de tornar conhecimento público os horrores que aconteceram nesses espaços.

---

<sup>1</sup>Sobre torturas físicas, o ex-sargento da BM Reginaldo Ives Barbosa, preso político que passou pelo Presídio Militar Especial em 1964, em entrevista ao jornal do Comércio, relatou ter sofrido espancamentos com cassetetes e baionetas, além de terror psicológico constante. Em contrapartida, o ex-capitão da BM Maildes Alves de Mello relatou em seu livro "apenas" violências psicológicas sofridas por ele e seus colegas no Presídio. Não pretendemos descartar nenhuma hipótese, muito menos duvidar das histórias dos expurgados. Apenas ressaltar todas possibilidades e atribuir possíveis contradições dos discursos às narrativas da memória pessoal dos indivíduos.

Dentro da lógica de tornar pública a história recente de nossa cidade, rememorar a trajetória de sujeitos perseguidos pelo Estado e conscientizar um público não acadêmico sobre esses acontecimentos, este estudo foi idealizado e executado visando complementar possíveis lacunas ou dúvidas que a placa posta pela MJDH possa vir a levantar sobre o prédio escolar azul de número 555.

O objetivo deste estudo é analisar de que forma a ditadura civil-militar se apropriou de uma escola pública para transformá-la em um presídio no ano de 1964, e como foram criados mecanismos “legais” para justificar sua utilização e a perseguição imposta aos policiais da Brigada Militar que por ali passaram. Desta forma, busca-se elucidar os principais eventos que marcaram a história político social da BM nos anos anteriores ao golpe de 64, facilitando o entendimento acerca dos motivos que fomentaram as tomadas de decisão conflitantes da Corporação no cenário nacional na década de 1960. Ou seja, analisar como se constroem, em diferentes momentos da história institucional, os posicionamentos políticos discordantes da Brigada Militar, que resultaram, inclusive, em posicionamentos contrários ao governo federal.

O foco do estudo gira em torno da primeira metade dos anos 1960, mais especificamente entre 1961 e 1964, pois neste recorte está localizada toda movimentação política e militar realizada pela Corporação que influenciaram diretamente na transformação do Colégio Paulo da Gama. São nesses anos que se desenvolvem a Campanha da Legalidade e seus desdobramentos políticos que irão repercutir no golpe civil-militar de 1964, bem como no período inquisitório que imediatamente segue ao golpe.

Os dois eventos que norteiam a pesquisa são os já citados Legalidade e Golpe, pois ambos se apresentam de forma direta a Brigada Militar, exigindo da Corporação, em ambas situações, um posicionamento firme e combativo, que levou suas consequências ao âmbito nacional.

Os pontos levantados até o momento não poderiam ser analisados separadamente, muito menos tirados de um contexto macro sobre a história da Polícia Militar no Brasil e as subjetividades da BM no Rio Grande do Sul. Nos estudos expostos aqui, foi necessário destrinchar conceitos mais amplos sobre polícia, segurança nacional, hierarquia etc. para podermos, gradativamente, focar nos temas e eventos históricos pensados inicialmente como norteadores do trabalho.

Direcionando a análise para compreender tanto a história particular da trajetória da Brigada Militar no RS, quanto os acontecimentos políticos que envolveram a Corporação de forma direta e indireta, este estudo foi organizado em 4 capítulos que constantemente conversam entre si, buscando uma aproximação e orientação em direção ao objetivo principal da monografia: o Presídio Militar Especial.

O primeiro capítulo da monografia visa analisar a origem histórica das polícias militares no Brasil e suas atribuições institucionais e políticas. Isto é, trata-se de compreender a composição das polícias militarizadas ao longo de sua existência, formação, legislação, atribuição, bem como o papel exercido por estes corpos policiais na esfera política do país. Este capítulo possui um caráter mais descritivo, introdutório, sendo essencial sua composição, pois está em seu conteúdo as origens de formação das polícias militarizadas e toda lógica que preencherá os capítulos seguintes. Assim, o primeiro capítulo, através de fontes produzidas pelo próprio Estado brasileiro, como decretos governamentais, se propõe a elucidar a finalidade das polícias militarizadas no contexto social deste novo Brasil do século XIX, demonstrando como o papel desse novo órgão de segurança passou a ser entendido como o de manutenção do Estado e sua ordem.

No segundo capítulo a proposta de trabalho gira em torno, especificamente, da origem histórica da Brigada Militar e suas particularidades institucionais. Particularidades estas que auxiliaram a internalizar e disseminar um sentimento atípico de regionalismo que parte do oficialato da Corporação levou adiante durante muitas décadas.

Seguindo uma análise mais aprofundada em decretos regionais e regimentais, boletins internos da própria BM, e outras escassas bibliografias disponíveis sobre o tema, nossas pesquisas levantaram um panorama desde a fundação do primeiro exército regional do RS em 1837 até a implementação do policiamento ostensivo na Corporação em 1967, modelo este seguido até os dias atuais. Dentro desse recorte temporal, foi realizado um estudo dos principais eventos sociais e políticos - além de conflitos, contendas, guerras, coações - que envolveram a Brigada Militar, fazendo entender-se que todas ações da polícia gaúcha não podem ser entendidas e analisadas sem uma vinculação política. Aliás, que todas as polícias militares do país não podem ter suas ações desvinculadas dos contextos políticos aos quais estão inseridas.

Assim, traçamos uma linha cronológica das ações políticas que envolveram a Brigada Militar desde o ano de sua criação até o ano do golpe civil-militar em 1964.

Assim, ao se estabelecer a ação policial como política e intrinsecamente dependente do contexto social ao qual está inserida, se pode interpretar de variados modos as decisões que a corporação tomou nas ocasiões mais relevantes do nosso estudo; a Legalidade em 1961 e o Golpe em 1964.

No terceiro capítulo, sendo este uma sequência cronológica direta do capítulo anterior, são abordados os eventos que ocorreram durante o golpe civil-militar de 1964, e todos os desdobramentos políticos que a ruptura democrática gera nas fileiras da Brigada Militar. Nesse tópico são recuperados elementos trabalhados nos capítulos anteriores, unindo-se estes a novos conceitos e possibilitando um estudo mais aprofundado sobre as formas de organização política dentro da própria Corporação. O Grupo dos Onze, Inquéritos Policiais Militares, expurgos, prisões e perseguições são apenas alguns dos temas centrais deste capítulo, que tem por objetivo ligar todos eventos históricos citados até o momento com uma das problemáticas centrais de nossas indagações; os motivos que levaram a prisão de oficiais e praças da Brigada Militar .

Para construir esse capítulo, foram consultadas como fontes primárias um Inquérito Policial Militar (IPM) produzido contra 16 policiais da força ligados ao legalista Leonel Brizola, informações encontradas em boletins informativos da Brigada Militar e o livro do expurgado e ex-capitão Maildes Alves de Melo.

O quarto e último capítulo é dedicado exclusivamente ao Presídio Militar Especial, sua história, seus personagens, a lógica de escolha do local e como o mesmo se insere nos conceitos de terrorismo de estado praticados pelo governo brasileiro no período.

Neste ponto, os eventos e concepções desenvolvidas na pesquisa se somam ao panorama geral acerca da Brigada Militar e seu papel político no contexto rio-grandense da ditadura. Com a inserção da lógica repressiva e as formas de perseguição expostas no capítulo anterior, podemos finalizar o pensamento ao abordar os resultados que as cassações tiveram aos policiais da Brigada Militar indiciados pelo IPM.

O Paulo da Gama se torna um local ímpar dentro do contexto de locais de repressão e tortura na ditadura em Porto Alegre, pois o mesmo destoa em muitos sentidos dos demais estabelecimentos usados pelo regime. Ao mesmo tempo em que o Presídio Especial Militar está inserido dentro de uma lógica de apropriação da malha urbana - fica mais fácil agir na

ilegalidade se você se misturar ao ambiente -, a utilização do prédio como centro de detenção, mas não de tortura, é conhecida por familiares dos encarcerados.

A discussão se atenta também aos sujeitos que passam pelo espaço. O público alvo da construção do Presídio são praças e oficiais da BM que de alguma forma foram ligados pelo regime às organizações e pensamentos trabalhistas. Estes sujeitos, polícias militares, oficiais e subalternos, em primeiro momento foram confinados à reclusão dentro dos próprios prédios administrativos da Corporação, e na medida em que suas sentenças iam saindo, foram transferidos ao Presídio Especial. Tratamento este conduzido de forma diferente das prisões realizadas pelas Forças Armadas em Porto Alegre, que mantinham os presos de suas fileiras dentro das celas já dispostas em seus próprios quartéis, não necessitando da criação de um espaço específico para isso. A interpretação deste tratamento “especial” dado aos Brigadianos se encaixa na liberdade e autonomia institucional que a BM manteve durante a ditadura, com poucas intervenções Federais em sua organicidade, e a desconfiança que o Comando Geral da Brigada tinha de manter oficiais em cárcere e sob a guarda de soldados que foram seus próprios comandados e camaradas poucas semanas antes

Dificuldades surgiram durante a construção deste trabalho, principalmente relacionadas a fontes e bibliografias específicas disponíveis sobre os temas aqui propostos. Estudar ditadura sempre será uma atividade um tanto quanto complicada, devido aos entraves institucionais que alguns arquivos costumam ter, ou simplesmente devido à falta de documentos que tenham sobrevivido ao fim do regime. Por isso, e de maneira geral, são necessários cuidados mais delicados ao se procurar sobre fontes produzidas durante a ditadura civil-militar. Já sobre os conteúdos bibliográficos que narram os fatos, são raras as produções que dialogam com os objetivos principais desta monografia, especificamente obras que tratem sobre a Brigada Militar durante o período repressivo. Até encontra-se na literatura obras que contemplem o tema BM, porém de maneira mais voltada a temas amplos sobre a instituição, como a sua história, ou a temas mais contemporâneos, mas ligados a outras áreas do conhecimento. Também foram encontrados textos produzidos pela própria instituição, nos quais estão disponíveis alguns referenciais utilizados para este trabalho, como os textos de Hélio Mouro Mariante. Nessas obras, encontramos informações mais pontuais, como especificações de datas e principais eventos pelos quais a instituição passou em sua formação histórica.

É importante pontuar que, na medida em que o recorte histórico se aproxima dos anos 1960 e a temática ditatorial, nota-se uma considerável redução de produções sobre a BM, pois,

tal como nesta monografia, a falta de documentações sobre o período são raras e de difícil acesso.

Em resumo, busca-se com esta investigação contribuir para o entendimento sobre o processo de transformação de uma escola em presídio, a lógica por trás da escolha do local e de seus encarcerados, bem como a forma que se desenvolveu esse processo de transformação urbana. Para além disso, procura-se entender os principais processos políticos e eventos históricos que conduziram a Brigada Militar, como instituição, a apoiar um processo de golpe democrático anos poucos anos depois de ter sido um pilar irredutível ao lado de Leonel Brizola na Campanha da Legalidade.

## 2. A POLÍCIA MILITAR NO BRASIL E SUA FORMAÇÃO

Neste capítulo de abertura vamos nos ater a produzir um panorama geral sobre os fundamentos da polícia militar brasileira, sua criação, suas noções institucionais e, na medida do possível, traçar os caminhos que conversam com as particularidades acerca da história da Brigada Militar. Faremos um apanhado histórico sobre os processos nacionais e regionais que ajudaram a alicerçar a trajetória dessas polícias militarizadas, dando uma abertura para no capítulo seguinte podermos abordar mais especificamente a polícia gaúcha que esteve presente nos momentos mais relevantes da história do Rio Grande do Sul. E que não se restringindo a isso, ampliou seu escopo de atuação a nível nacional por diversas vezes.

A abordagem parte da ideia de que as alterações e especificidades acerca da Brigada Militar não podem ser analisadas sozinhas e fora dos contextos regionais e nacionais, políticos e sociais que influenciam na organicidade da corporação. Seus objetivos estratégicos enquanto uma ferramenta de manutenção de ordem pública estão atrelados inevitavelmente à vida política do país e do estado. Contudo, é impossível falarmos sobre a existência da Brigada Militar sem antes abordarmos, mesmo que muito brevemente, alguns pontos em comum que nortearam todos corpos policiais militarizados no Brasil.

A análise procura resumir as principais mudanças estruturais ocorridas nas polícias militares brasileiras ao longo do séc. XX, particularmente atentando à sua presença e atuação em momentos intervencionistas, que culminaram em movimentações estratégicas e táticas na esfera pública, a fim de levantar e criar as conexões necessárias para a compreensão do leitor sobre os efeitos dos anos 1960 na corporação, mais especificamente na BM gaúcha. Para tanto, sentimos a necessidade de se retomar explicações quanto ao enredo que se desenvolve desde o processo de independência do Brasil, pois nesta atividade foi assimilada a ideia de uma nação brasileira possuidora de instituições próprias.

Durante o século XIX a Coroa Portuguesa fazia uso, quando em necessidade, do exército e suas unidades, pois ao período ainda não havia sido criado um corpo policial militarizado para ações de manutenção de ordem interna. Porém, em 1801, por influência do

modelo de polícia francesa, D. João cria a Guarda Real de Polícia de Lisboa, corporação militarizada com noções mais alinhadas a segurança interna

O conceito de uma polícia francesa de manutenção da paz surgiu após a Revolução de 1789, em consequência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na qual se prescrevia que a segurança era um dos direitos naturais e imprescindíveis; contrapondo-se à concepção vigente, de uma força de segurança voltada unicamente aos interesses do Estado e dos governantes.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, é criada em 1809 no Rio de Janeiro a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, uma corporação espelhada na Guarda Real que permanece em Lisboa. Nos anos seguintes são implementadas nas províncias brasileiras corpos de tropas (unidades militares), milícias e ordenanças, alguns apenas grupamentos pequenos de policiais não militarizados, isto é, não uniformizados nem compostos por companhias de infantaria, cavalaria etc.

Com a abdicação de D. Pedro I em abril de 1831, a Regência realizou uma grande reformulação nas forças armadas brasileiras. As milícias e as ordenanças, corporações militarizadas de origem estritamente portuguesa, foram extintas, e substituídas por uma Guarda Nacional. A Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro foi também extinta, e em seu lugar foi criado um Corpo de Guardas Municipais Voluntários; sendo igualmente permitido às províncias criarem corporações assemelhadas.

A Guarda Nacional é representativa, pois ela aproxima alguns segmentos das elites nacionais ao controle do aparelho estatal existente no período, como indica Sodré:

“Criando a Guarda Nacional em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho de Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares”.<sup>2</sup>

Nesse sentido, podemos perceber que as forças existentes na Guarda Nacional representavam um poder ligado às classes senhoriais, que tinham como principal objetivo se manter no poder, e que tinham naquela instituição um dos braços de sustentação desse poder.

---

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. 3º Ed. Rio de Janeiro. Editora: Civilização brasileira.1979. p 118 - 119

Com a morte de D. Pedro I em 1834, efetivou-se mais uma reforma constitucional na qual intercorreu uma relativa descentralização político-administrativa, sendo instituídos corpos legislativos nas províncias. Com esse redirecionamento político, o Legislativo é que passou a fixar, anualmente, e sobre informação do Presidente da Província, as forças policiais respectivas. As guardas municipais foram lentamente desativadas e transformadas ou substituídas por corpos policiais. A mudança não foi apenas uma troca de denominação, mas de fato uma completa reestruturação do aparato policial existente.

Pela formação e estrutura, onde neste momento as fileiras policiais passaram a ser compostas por profissionais de carreiras e não voluntários, os corpos policiais começaram a se aproximar das atuais policiais militares; legítimos antecessores, com as quais possuem ligação direta e ininterrupta. Durante e após a Guerra do Paraguai (1864-1870), os corpos policiais por muito pouco não sofreram completa extinção, inicialmente por falta de efetivos, enviados para a guerra como parte dos Voluntários da pátria, e posteriormente pela carência de recursos financeiros. Entretanto, foi justamente a guerra que lhes deu uma relativa igualdade nacional, fortaleceu o espírito de corpo, e estabeleceu os fortes vínculos com o exército que duram até os dias de hoje.

A proximidade entre as polícias militares e o exército é um fator não só percebido na adoção do nome militar, mas em uma série de práticas comuns existentes entre as duas organizações. Sócrates Mezzomo salienta que os policiais militares:

“sempre tiveram grande proximidade com o próprio Exército, com destaque para a adoção do modelo militar, a estrutura organizacional e empregadas como “forças auxiliares do Exército regular”.<sup>3</sup>

O autor também ressalta que a polícia, a partir dessa proximidade, atuava tanto nas guerras quanto “nos conflitos internos, como rebeliões, motins, revoltas populares, além, evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle de fronteiras da nação”.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> MEZZOMO, Sócrates Ragnini. O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de Passo Fundo, p. 22.

<sup>4</sup> MEZZOMO, p. 32.

Com a Proclamação da República em 1889, e inspirada na constituição republicana de 1891 (essa por si só inspirada na constituição federalista dos EUA) as estruturas dos estados do Brasil - denominação dada às antigas províncias do Império do Brasil - modificaram-se novamente, estes por sua vez recebendo maior autonomia em suas constituições, mas também obrigando aos seus corpos de polícia a receber a designação de Corpos Militares de Polícia.

Pela nova constituição os corpos militares de polícia deveriam subordinar-se aos estados, administrados de forma autônoma e independente, os quais passaram então a receber diversificadas nomenclaturas regionais, como a Brigada Militar.

Os estados mais ricos investiram em suas corporações, transformando-as progressivamente em pequenos exércitos regionais, com o objetivo de impressionar os adversários, e também de afastar a possibilidade de intervenções federais no Estado. Nesse momento, em movimento contrário a lógica que vinha sendo cultivada desde a morte de D. Pedro I, acirradas pelas divergências da política, as polícias militares afastaram-se entre si, cada uma estabelecendo suas próprias particularidades.

Durante os conflitos que se desenvolveram no início do século XX, com maior ênfase à Primeira Guerra Mundial, ficou nítido para o governo brasileiro a defasagem bélica e tecnológica das forças armadas brasileiras. O cenário de temor fez com que uma grande reformulação nas forças de defesa da nação tomassem início, levando a decretos que viabilizaram a incorporação das polícias militarizadas dos estados fossem, quando em necessidade, incorporadas de forma objetiva e intransigente as fileiras do exército nacional. Este movimento, diferente de denominar as polícias militares apenas como forças auxiliares, demonstrou o interesse do Estado em criar exércitos regionais capazes de combates urbanos mais destrutivos e eficazes.

Porém, mais uma vez, o pêndulo dos interesses políticos modificaram a influência projetada pelo governo central sobre as PMs, pois a partir da década de 30, com os governos Vargas, nota-se uma tentativa de desmantelamento do aparato bélico das polícias militares, ou seja, de desmilitarizar as forças, para obter um maior controle sobre estas.

Quando analisamos os efeitos que as polícias militarizadas tiveram ao intervir e participar ativamente na Revolução Constitucionalista (onde inclusive a BM teve papel importante na manutenção do governo Vargas) fica em evidência os motivos que levaram o

governo central intervir para a desmobilização e centralização dos exércitos estaduais que existiam nessa época. Após a intervenção federal e a retomada parcial do controle das polícias, a União busca se mobilizar para uma revitalização dessas instituições.

Com a consolidação do Estado Novo às vésperas da Segunda Guerra Mundial, e a aprovação da Constituição de 1937, é iniciada uma tentativa de estreitamento institucional entre o Estado para com as polícias estaduais. A nova constituição, criada em 1937, define, mesmo que de forma breve e em apenas um parágrafo, que as polícias militares são definidas como forças de reserva do Exército, estando estas sob responsabilidade da União Assim podemos definir que a polícia no Estado Novo segue a sua função de ser um membro importante para a manutenção do sistema, pois é vista como uma instituição de relevante contribuição para o controle da sociedade.<sup>5</sup>

O claro interesse do governo federal na composição e campo de atuação das polícias militarizadas ao longo da Era Vargas deixam em evidência a preocupação que a União passou a ter sobre os efeitos da politização das ações policiais. A União ganhou a percepção de que algumas ações desenvolvidas pelas polícias eram ligadas à políticas de governo.

Com o golpe militar orquestrado por civis e militares da alta cúpula, Getúlio Vargas é deposto em 1945, pondo fim ao Estado Novo e abrindo caminho para uma tentativa de democratização nacional. Através do voto direto, o militar Gaspar Dutra é eleito presidente do país, formando já no seu primeiro ano de mandato uma nova Constituição, lançada oficialmente em 1946, e que pela primeira vez definiu claramente novas funções significativas ao papel das forças policiais brasileiras. A nova carta falava:

Art. 183. As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único. Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Art. 16. Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

Parágrafo XXVI - organização, instrução, justiça e garantia das forças policiais dos Estados e sua utilização como reserva do Exército.

<sup>6</sup> BRASIL. [Constituição (1947)]. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1947 Rio de Janeiro, RJ:

Presidência da República. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 14 mar. 2023.

Na história das Polícias Militares do Brasil podemos perceber que, por princípio, atribuições e regulamentações, tais forças estão vinculadas à manutenção da ordem e à sustentação do sistema político, muitas vezes defendido pelas oligarquias. Mas, o poder dessas forças e sua autonomia, comparada ao Exército, as colocava em uma situação de inferioridade, isso tudo em decorrência da série de constituições brasileiras que permitiram a centralização de poder da União sobre as forças policiais. Esse controle sobre as ações policiais poderia ser entendido como um elemento de fragilização, mas, pelo contrário, a tentativa de controle da União sobre a polícia muitas vezes a coloca à frente de projetos políticos devido à sua ação direta e de controle da população e também pelo poder político que tal instituição exerce sobre a comunidade, a qual ela representa.

### 3. A TRAJETÓRIA DA BRIGADA MILITAR

A Revolta Farroupilha, conflito que durou de 1835 até 1845 trouxe para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul anos conflituosos de extrema instabilidade e incertezas. Na tentativa de conter e amenizar o caos social instaurado, o recém nomeado presidente da província Antônio Elzeário promulgou a Lei Provincial nº 7, em 1837, criando a Força Policial da Província, embrião da Brigada Militar, com o efetivo de 19 oficiais e 344 praças e as atribuições de auxiliar na justiça, manter a ordem e a segurança pública na capital, nos subúrbios e nas comarcas.<sup>7</sup>

Para Romeu Karnikowski, a referida lei estabelecia a seguintes atribuições para a Força Policial:

[...] essa Força Policial foi criada com o objetivo de executar os serviços de polícia, com estrutura de tropa militar, para garantir a ordem pública na capital da província e seus arredores – não podendo ser distraída desse serviço, exceto no caso de invasão de inimigos. Desta forma, fica bem claro de acordo com a Lei 07/1837, que era uma força militar com finalidade de polícia, mas em caso de invasão de inimigos poderia ser empregada como tropa bélica. No entanto, era uma força policial com caráter militar não voltada para reprimir a criminalidade, mas para manter a segurança dos

---

<sup>7</sup> RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **História**. Porto Alegre. Brigada Militar, 2023. Disponível em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>. Acesso em 10 mar. 2023.

imperiais ou legalistas que habitavam Porto Alegre contra uma possível invasão dos inimigos farroupilhas que já tinham tomado a capital da província em setembro de 1835.<sup>8</sup>

Sua regulamentação só ocorreu em 1841, quando entrou em vigor o Regulamento do Corpo Policial. Após sua oficialização, ocorreu a nomeação dos primeiros oficiais. O Corpo Policial iniciou suas atividades, sob o comando do tenente-coronel do Exército Quintiliano José de Moura, na época, chefe de polícia em Porto Alegre, deixando evidente desde o nascimento a profunda conexão e influência do Exército nas fileiras e composição das polícias do Brasil, e especificamente a Brigada Militar.

Nos anos seguintes, em 1873, a Lei Provincial nº 874, extingue o então Corpo Policial (ou pelo menos sua designação) dando lugar à Força Policial, que possuía as mesmas características militares da instituição anterior, organizada com uma seção móvel na Capital, sede do Comando-Geral, e seções fixas no interior da Província.

Após a Proclamação da República em 1889, foi promulgada a primeira Constituição do Brasil republicano que estabeleceu as principais características do Estado brasileiro contemporâneo e que reorganizou as estruturas policiais vigentes no país, dando maior autonomia aos estados e suas corporações, autorizando a organização de guardas cívicas. Em consequência, em 26 de dezembro de 1889, a Força Policial passou a ser denominada de Guarda Cívica do Estado.

No Rio Grande do Sul, a Constituição promulgada, em 14 de julho de 1891 deu início a um período de instabilidade política no estado; Com a queda de Deodoro da Fonseca do poder federal, Júlio de Castilhos deixou o governo do Rio Grande do Sul, fazendo com que de 1891 até a metade de 1892 o estado vivenciasse um período socialmente caótico e de incertezas políticas, tendo passado por 18 sucessões de governos.

Nesse período, que ficou conhecido como governicho, a Guarda Cívica retornou com sua designação de Corpo Policial, em 28 de março de 1892; novamente mudou de nome, passando a Brigada Policial, em 06 de junho de 1892; e retomou o nome de Guarda Cívica, em

---

<sup>8</sup> KARNIKOWSKI, Romeu Machado. De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988). 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 97.

17 de junho de 1892, após a queda da Junta Governativa e o retorno de Júlio de Castilhos à presidência do Estado.<sup>9</sup>

Quando Fernando Abbott assumiu interinamente a presidência do Estado foi promulgado o Ato nº 357, de 15 de outubro de 1892, que oficializou a criação da Brigada Militar para zelar pela “segurança pública, manutenção da República e do Governo do Estado, fazendo respeitar a ordem e executar as leis, em todo o território sul-rio-grandense”.<sup>10</sup> Para comandar, idealizar e organizar a nova corporação, foi escolhido o major do Exército Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz, dando continuidade da lógica e influência do Exército na composição da polícia estadual.

A Brigada Militar, como entendida hoje, tem seu nascimento já outorgado sobre a égide bélica quase que equivalente ao próprio Exército brasileiro, e isso é mais uma de suas muitas peculiaridades, pois em seu cerne, durante as reformas levadas a cabo a partir do governo de Abbott, novos destacamentos de cavalaria, metralhadoras pesadas e centros de instruções de oficiais são projetados visando a potencialização da BM como um exército regional, sentido esse que perdurou até a ditadura militar de 1964. Ao formar-se a Brigada Militar novas terras na localidade do bairro Chácara das Bananeiras, região Leste de Porto Alegre, são adquiridas para a corporação, levando a instalação no local do Quartel General da Brigada Militar, da Linha de Tiro, uma espécie de centro de aperfeiçoamento para combate armado, do hospital de campanha da BM e, futuramente, o já citado Centro de Instrução Militar. Uma amostra do empenho do governo estadual em solidificar e aprimorar o aparato bélico e tecnológico da polícia militar estadual.

Mesmo que com a missão de zelar pela segurança pública desde seu ato de fundação, a polícia militarizada, que de fato possuía a projeção bélica de um exército, agora denominada Brigada Militar do Estado, teria como responsabilidade principal a manutenção das instituições governamentais e a atuação na defesa da República e do Governo do Estado. O ato nº 657 de 15 de outubro de 1892 cita que: “A Brigada Militar, cuja ação se estenderá por todo o Estado do Rio Grande do Sul, incumbe zelar pela segurança pública, manutenção da República e

---

<sup>9</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Júlio de Castilhos e sua época, Ed. Globo. Porto Alegre, 1988, p.130.

<sup>10</sup> RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **História**. Porto Alegre. Brigada Militar, 2023. Disponível em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>. Acesso em 21 mar. 2023.

defesa do governo”.<sup>11</sup> Essas prerrogativas na manutenção das instituições governamentais passaram por provação durante a Revolução Federalista de 1893.

A guerra teve duração de dois anos e meio e inaugurou oficialmente a atuação da Brigada Militar ligada às atividades bélicas. Essa característica bélica estaria diretamente ligada e assimilada pela mentalidade da Corporação nos anos seguintes, pela participação da BM na série de conflitos e revoltas ocorridas no país até meados dos anos trinta. Foi um momento em que a Brigada Militar participou de todos conflitos, disputas e escaramuças ocorridas em solo gaúcho. Foi a partir deste período de início bélico que a Corporação passou a investir nas áreas de ensino e instrução, criando Escolas Regimentais para alfabetizar os praças e um Curso-Preparatório para Oficiais. Além da aquisição de uma gleba de terra na Chacara das Bananeiras, a Brigada Militar inaugurou a Linha de Tiro (1910); a enfermeira organizada em 1907, no bairro Cristal, deu origem ao Hospital da Brigada Militar (1911); foram criados Depósitos de Recrutas (1911), a Banda da Brigada (1912), o Grupo de Metralhadoras (1914) e a Escola Presidencial, responsável pela segurança Palácio do Governo do Estado (1916), e finalmente, o serviço de Aviação (1923-1924).

Além da Revolução Federalista em 1893, destaca-se ainda a mobilização realizada durante a Campanha do Contestado em 1914, quando a BM montou guarda na fronteira com o estado de Santa Catarina visando impedir o avanço dos conflitos sobre território rio-grandense.<sup>12</sup> O chamado “Decênio Histórico”, iniciado na Revolução de 23, seguiria com uma convocação realizada pelo governo central para atuação em São Paulo em 1924, contra parte da guarnição do Exército Nacional sublevada contra o presidente Arthur Bernardes. No RSI, a BM entraria também em uma campanha para combater Honório Lemes, que criou um movimento armado no sul do estado. Em 1924, a Brigada Militar teve papel de destaque na caçada nacional à Coluna Prestes, percorrendo os estados de Santa Catarina, Paraná, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Esse conjunto de acontecimentos, entre outras crises que serão vivenciadas durante a República, algumas já citadas no capítulo anterior, contribuiriam para conduzir o Brasil a um novo cenário político que acabaria por desgastar a política hegemônica de São Paulo e Minas Gerais, então preponderante no comando do país, contribuindo para o início de contestações

---

<sup>11</sup> MARIANTE, Hélio Moro. Sarilhos Milicianos. Porto Alegre: BM Edições/ Editorial Presença, 1990, p. 12.

<sup>12</sup> SIMÕES, Moacir Almeida. História da Brigada Militar Para Fins Didáticos e de Palestras. Porto Alegre: POLOST, 2002, p. 4.

por parte de alguns estados no país, e que tem um importante marco com o início do período Vargas. O envolvimento da polícia militar gaúcha foi intenso. Sob o Comando Geral do Coronel Claudino Nunes Pereira, a Brigada Militar também se mobilizou. Seguiram para o Rio de Janeiro os 1º, 2º e 3º batalhões de infantaria, o 1º e 2º regimentos de cavalaria e um esquadrão de Regimento Presidencial”.<sup>13</sup> Porém, de acordo com Mariante, "poucas foram as ações bélicas em que se viram envolvidas as unidades brigadianas".<sup>14</sup>

Apesar das poucas ações militares, a presença e a mobilização de alguns de seus batalhões foram importantes para sustentar as pretensões de Vargas em ascender ao poder.

Essa ação por si só é carregada de simbologia, pois novamente serve para reforçar o caráter político da polícia, que envolve-se diretamente nas transformações políticas nacionais.

O governo Vargas, como já visto, influencia de forma direta na organização das polícias militares, e em relação a BM, uma instituição da qual o mesmo possuía laços mais próximos devido aos acontecimentos da Revolução Constitucionalista, isso não seria diferente. Durante o Estado Novo, as reformas promovidas na legislação federal quanto à segurança pública estabeleceu um policiamento mais político para a Brigada Militar, com mudanças na regulamentação da corporação que inclusive foram interpretadas pelo comando da BM como uma limitação de seus trabalhos, pois, a partir daquele momento, a polícia militarizada deixa de ser uma espécie de exército estadual para se tornar responsável pelas ações de policiamento preventivo. A BM dava passos iniciais em direção ao policiamento ostensivo que viria a ser plenamente implantado e institucionalizado nas reformas administrativas de 1950. Ainda segundo Karnikowski:

Para os oficiais a atividade de policiamento se não era desonrosa beirava a essa posição, onde estariam sob o peso da vergonha de uma atividade que ‘não trazia glória nenhuma’. Não era a profissão de polícia que incomodava, mas estar relegado a uma função secundária do sistema de policiamento.<sup>15</sup>

O Ato nº 1.119/37 incumbiu a força gaúcha a auxiliar os órgãos de polícia na manutenção da segurança pública no Estado. Justamente esse papel, de submissão à Polícia

---

<sup>13</sup> MARIANTE, p. 163.

<sup>14</sup> MARIANTE, p. 164.

<sup>15</sup> KARNIKOWSKI, p. 202.

Civil que constrangia o oficialato da Brigada Militar. Apesar do desacordo de alguns integrantes, a Brigada Militar iniciou a atividade policial no interior do Estado ainda no ano de 1937, por meio dos destacamentos<sup>16</sup> policiais. Esses destacamentos policiais objetivavam o serviço de policiamento em todo o Estado, atuando na função preventiva e, também, repressiva. Nesse sentido, os referidos destacamentos policiais foram a primeira inserção efetiva da Brigada Militar na atividade de policiamento.<sup>17</sup>

Ainda sobre o período de Vargas, vale citar as perseguições políticas ideológicas dentro da instituição levadas a cabo pelo governo federal, que visavam eliminar principalmente as influências do PCB e de outros movimentos trabalhistas de esquerda que trouxeram pluralidade às fileiras da BM a partir dos anos 30 e 40.

Expurgos e prisões foram arquitetadas em meio a soldados e sargentos a fim de restringir o alcance dos movimentos comunistas dentro da instituição.

Em 1945, Getúlio Vargas é deposto e o general Eurico Gaspar Dutra chegou ao poder por meio do voto popular. No ano seguinte, 1946, o Congresso Nacional aprovou uma nova Constituição, que novamente trataria das funções da polícia militar. Para Ribeiro, “naquela Carta Constitucional, são mantidos os direitos da União de legislar sobre a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares, incluindo sua convocação e mobilização”.<sup>18</sup> Assim, é possível perceber que as Constituições de 1934, 1937 e 1946 atribuem à União a competência de legislar e organizar as forças policiais dos Estados, numa aparente tentativa de centralizar o poder e controlar as mesmas. A década de 1950 representaria a fase de transição da Brigada Militar para o policiamento. De acordo com Karnikowski:

A certidão de nascimento da policialização da Brigada Militar é a Portaria nº 588, de 13 de dezembro de 1950, que expediu as instruções reguladoras da cooperação da Brigada Militar do Estado nos serviços de policiamento do município de Porto Alegre. [...]Essa Portaria instruiu a Brigada Militar a realizar o serviço de ronda e vigilância em determinados distritos de Porto Alegre no sentido de assegurar a ordem pública, as garantias individuais e zelar pela moral e os bons costumes, além de fiscalizar e regularizar o trânsito da capital gaúcha.<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> No meio militar, o termo destacamento é usado para designar uma parte de uma determinada força separada de sua organização principal para cumprir uma missão em outra área, com efetivo normalmente reduzido e com organização variável, conforme a exigência da situação.

<sup>17</sup> KARNIKOWSKI., p. 104.

<sup>18</sup> RIBEIRO, Lucas Cabral. A polícia militar e sua relação com a política, o Estado e o poder. I Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo: 2011, p. 25.

<sup>19</sup> KARNIKOWSKI., p. 277.

Durante toda a década de 1950, a Brigada Militar manteve-se ocupada com a estruturação de suas funções policiais. Apenas em 1961, com a eclosão do Movimento da Legalidade, a Brigada ressurgirá como o exército de 1892, criado para manter o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e seu líder máximo, Júlio de Castilhos, no controle do poder estadual. Todavia, o Movimento da Legalidade foi consequência direta do breve governo Jânio Quadros, eleito presidente em outubro de 1960. O gaúcho João Goulart, conhecido como Jango, foi eleito vice de Jânio e ambos tomaram posse em 31 de janeiro de 1961.

A este ponto, devemos nos explicar quanto ao conteúdo abordado até aqui; para nosso estudo, é relevante a citação de episódios e transformações sociais que viabilizaram as mudanças institucionais da polícia militar, e sendo mais específico, a polícia gaúcha, durante seus anos de atuação. Não é de nossa pretensão ter traçado um amplo levantamento sobre as Polícias Militares, ou detalhada linha cronológica de eventos sobre a Brigada Militar. Temos noção do quão extensa deveria ser a pesquisa para abordar este tema, sendo necessária, talvez, uma obra exclusivamente para a execução de tal. Porém, acreditamos e reforçamos a importância de trabalharmos determinados eventos citados até o momento, pois sua compreensão facilitará para o leitor a ciência de que nos momentos políticos considerados chaves para a história do Rio Grande do Sul, e até mesmo do Brasil, a Brigada Militar fora convocada a tomar lado, tendo participações ativas em conflitos que inclusive influenciaram no funcionamento social da nação.

O historiador gaúcho Rafael de Borba Araújo, em sua dissertação "A Brigada Militar: Inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul - 1980/1985" faz um extenso levantamento sobre o desenvolvimento dos conceitos que alicerçaram a Doutrina de Guerra Revolucionária na Brigada Militar a partir dos anos 50, utilizando das monografias de conclusão produzidas pelos alunos oficiais formados nos cursos de aperfeiçoamento de oficiais. Essa investigação narra eventos basilares na formação da lógica anticomunista que passou a imperar dentro da Corporação, e que ajudou a influenciar nos acontecimentos que ocorrem nos anos 60.

### **3.1 Campanha da Legalidade: a BM contra a revolução**

Nas eleições presidenciais de 1960, Jânio Quadros saiu vitorioso sobre o marechal Henrique Lott. Jânio, que em 1947 havia sido eleito vereador na cidade de São Paulo, mas que teve seu mandato cassado pelo então governo federal de Eurico Dutra devido à suas relações com o partido PCB - proibido de existir em 1947 - foi eleito presidente em virtude da aliança entre seu Partido Trabalhista Nacional (PTN) com uma série de outros partidos alinhados a causa trabalhadora e socialista. Henrique Lott, derrotado, possuía um extenso currículo militar, sendo muito bem quisto pela caserna de oficiais das forças armadas, sendo por isso a escolha dos mesmos para ocupar o cargo presidencial ante Jânio Quadros.

Jânio assumiu o cargo presidencial em janeiro de 1961, anunciando nos meses seguintes a retomada de relações diplomáticas com países socialistas, como a União Soviética, indo de confronto com a alta cúpula de seu partido e das forças armadas, que eram contrários a tal movimento. Concomitantemente a isso, o governo dos EUA já havia marcado Jânio como uma possível ameaça à influência estadunidense na América do Sul, pois via com desconfiança os anseios de relações estreitas entre o candidato à presidência do Brasil e os governos de Cuba e China.

Já não fosse suficiente a pressão política que o recém inaugurado governo estava sofrendo, o cenário político se agravou ainda mais quando em agosto do mesmo ano Jango, João Goulart, vice presidente em exercício, viajou diplomaticamente para se encontrar com Mao Tsé-Tung na China comunista, em tratativas para reestabelecer relações e tratados econômicos entre ambos os países. Como escala de voo, Jango visitou Paris e Moscou, alimentando ideias conspiratórias de uma possível revolução socialista no Brasil.

O governo Jânio e Jango nasceu com a promessa de inaugurar um modelo político alternativo ao que vinha sendo feito nos anos anteriores. Os primeiros objetivos da nova gestão presidencial estavam focadas em três eixos principais: os problemas econômicos, o reposicionamento internacional do Brasil – com o lançamento da Política Externa Independente (PEI) – e a “pequena política”, uma forma de administração conservadora em torno de temas polêmicos, que Jânio atribuía à missão de “saneamento moral da nação”.

Porém rapidamente o governo perdeu sua influência política, e até mesmo sua base de apoio. Em menos de 2 semestres, Jânio e Jango conseguiram desagradar todos os lados do espectro político: a política externa de aproximação ao bloco de países comunistas incomodava

os Estados Unidos; o plano de estabilização financeira foi catastrófico e agravou a situação da maior parte do povo; o governo foi incapaz de manter uma base sólida de apoio no Congresso Nacional. Com o afastamento de importantes lideranças da UDN, os líderes federais pareciam perder suas influências políticas nas tomadas de decisão do país.

No dia 24 de agosto, em rede de rádio e televisão, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, apresentou uma série de denúncias contra o presidente da República, ao anunciar que este estaria tramando um golpe contra a democracia brasileira. Menos de 24 horas depois, Jânio Quadros renunciou à presidência da República.

Em consequência, os ministros militares se reuniram e tentaram impedir a posse do vice-presidente legítimo, João Goulart, que estava na Malásia após a visita à China. Para tanto, os militares anunciaram que se Jango pousasse em solo brasileiro, seria imediatamente preso, sob a acusação de uma possível ameaça comunista.

Prontamente iniciaram-se manifestações simpáticas e favoráveis à Legalidade e ao cumprimento da constituição, porém, foram reprimidas e dispersadas em quase todos os estados do Brasil.

Entretanto, um homem e um local ganharam destaque no período. Leonel de Moura Brizola, governador do estado do Rio Grande do Sul, não aceitou o golpe que estava sendo executado pelos militares, mobilizou a Brigada Militar, entrincheirou-se no Palácio Piratini, sede do governo estadual, requisitou a rádio Guaíba e deu começo àquilo que entraria para a História como o Movimento e a Rede da Legalidade.

Brizola era um político de fortes ideais, obstinado e irredutível. Genioso, de formação trabalhista, vinculado ao PTB, Brizola foi cunhado de João Goulart e teve seu casamento apadrinhado por Getúlio Vargas. Fatos pessoais que deixam evidente a orientação política do gaúcho eleito duas vezes deputado estadual do RS, em 1947 e 1950, deputado federal pelo RS em 1954, prefeito de Porto Alegre em 1956, governador do RS em 1959 e, por fim, deputado federal pelo estado da Guanabara em 1963 (sendo o único político brasileiro a ser eleito pelo povo para governar em dois estados diferentes).

Durante seu governo como governador, e em virtude das já mencionadas alterações institucionais pelas quais todas PMs do Brasil haviam passado, a Brigada Militar executava uma missão de prevenção ao crime e ao distúrbio da ordem pública no RS, deixando de lado seu lado mais beligerante de um exército estadual, possuindo por isso apenas uma fração da

força bélica que outrora detinha. Porém, mesmo durante um cenário que para muitos poderia parecer adverso e desvantajoso, a corporação aceitou embarcar em uma campanha impensável nos dias de hoje. Colocar-se oposta ao próprio exército nacional, inclusive em batalha se preciso fosse.

Leonel Brizola iniciou um movimento em resposta aos ataques golpistas e sediciosos, lutando pela manutenção das instituições democráticas brasileiras e criando um núcleo de resistência em nome da posse de João Goulart. Brizola acionou o comando da Brigada Militar que prontamente atendeu às demandas do governador, assumindo todas posições consideradas estratégicas em Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul.

Todo o efetivo disponível que se encontrava destacado nos municípios vizinhos foi empregado nas posições que o Estado-Maior da Brigada Militar entendeu conveniente. As articulações políticas e estratégicas postas em prática por Leonel Brizola apenas reforçam o tamanho de sua influência como figura pública central no cenário regional e nacional brasileiro. Um homem cujo respeito transcendeu as fronteiras ideológicas.

Por consequência, é possível concluir que internamente a Brigada ainda se considerava potencialmente uma força bélica, "espiritualmente" preparada para se defender de inimigos externos (no caso, inimigos externos ao estado do RS e seu governador). Não ironicamente exercendo uma espécie de sentimento regionalista.

"A milícia do Rio Grande do Sul foi usada, efetivamente, como exército estadual pela última vez [...]. Os acontecimentos da Legalidade demonstraram que a Brigada Militar continuava a representar uma ameaça contra o governo nacional".<sup>20</sup>

Nos anos vindouros, atitudes dramáticas seriam tomadas em relação à Corporação e suas disposições.

A Legalidade simbolizava mais que um movimento de resistência democrática. A Legalidade era a prova de que a lealdade da Corporação estava atrelada ao governo e ao governador do Rio Grande do Sul. O fato em lei de que a BM era apenas uma força reserva do Exército, não possuía significado prático dentro das fileiras brigadianas se este Exército

---

<sup>20</sup> KARNIKOWSKI., p. 367.

estivesse em oposição ao governo da urbe riograndina. Essa lógica de fidelidade para com o governador se provaria novamente 3 anos depois. Ainda segundo Karnikowski:

A Brigada Militar se encontrava no tempo do Movimento da Legalidade em um dos mais agudos ângulos do seu processo de policialização, onde era intenso o conflito entre os valores bélico-militares e as novas ideias de polícia que cada vez mais sedimentavam a milícia do Rio Grande do Sul. [...] Ainda que a Brigada Militar tivesse avançado significativamente na policialização, a sua inserção no Movimento da Legalidade demonstrou para a maior parte dos seus oficiais que ela continuava como força bélico-militar.<sup>21</sup>

A adesão da Brigada Militar ao Movimento da Legalidade não deixa de ser uma decisão política. Nesse caso, a decisão foi tomada pelo comandante, coronel Diomário Moojen. Ribeiro (2011, p. 6) disserta sobre a atuação política das polícias militares, quando afirma que podemos perceber:

que este órgão do Estado, que opera com o monopólio do uso da força para legitimar o mesmo, cria uma grande conexão de suas ações para com o sistema que está sendo representado, mesmo que por muitas vezes as polícias se esforcem em demonstrar neutralidade perante o exercício de suas funções.<sup>22</sup>

Cabia à Brigada Militar a manutenção da ordem no Estado, seguindo e cumprindo as orientações do governador. Tendo em vista que acontecimentos políticos de grande impacto influenciam na sociedade, estes pela lógica são motivadores das forças policiais, notoriamente os períodos de crises.

Independente da motivação política da Brigada, quer seja a manutenção da ordem ou a permanência do poder do governo, o fato é que a mesma foi fundamental para o sucesso do movimento. Ainda segundo Ribeiro:

No decorrer da história e da formação das polícias no Brasil, podemos perceber as ações dessas forças policiais quase sempre ligadas às políticas de sustentação do regime político vigente. Em alguns momentos essa politização da ação policial ganha mais destaque e visibilidade, como por exemplo, além do período [...] entre a Legalidade e o Golpe Civil-Militar, percebemos esse destaque na era Vargas, onde a

---

<sup>21</sup> KARNIKOWSKI, p. 367.

<sup>22</sup> RIBEIRO, p. 6.

polícia era um dos instrumentos de legitimação do poder do Estado. Se retornarmos ao exemplo da campanha pela Legalidade promovida pelo governador Leonel Brizola, onde a atuação da Brigada Militar é intensa, podemos perceber que esta instituição atua perante as ordens e a direcionamento do governador do Estado, em uma ordem política, para dar a sustentação aos que queriam João Goulart no poder.<sup>23</sup>

Após a confirmação acerca da renúncia de Jânio e das intenções do oficialato das forças armadas em assumir o poder da nação, barrando João Goulart, Brizola, apoiado pelos cerca de 13 mil<sup>24</sup> Brigadianos espalhados pelo estado, requisitou a rádio Guaíba para poder proferir seus pronunciamentos a favor da democracia, convocando todos brasileiros, de todos os cantos, para lutar e resistir aos sediciosos. a partir disso outras emissoras foram unindo forças à Rádio da Legalidade, disseminando as palavras de ordem proferidas no porão do Palácio Piratini por todo o Brasil, inaugurando assim a Rede Nacional da Legalidade. Os cristais das transmissões de rádio foram guarnecidos por soldados da BM na Ilha da Pintada, no lago Guaíba. Munido de seus aliados brigadianos e manifestações populares nas ruas de Porto Alegre, Brizola pôde iniciar sua campanha legalista. Através das rádios Farroupilha e Guaíba, às três da madrugada do dia 27 de agosto de 1961 declarou-se disposto a defender com a força a sucessão constitucional:

No decorrer da história e da formação das polícias no Brasil, podemos perceber as ações dessas forças policiais quase sempre ligadas às políticas de sustentação do regime político vigente. Em alguns momentos essa politização da ação policial ganha mais destaque e visibilidade, como por exemplo, além do período [...] entre a Legalidade e o Golpe Civil-Militar, percebemos esse destaque na era Vargas, onde a polícia era um dos instrumentos de legitimação do poder do Estado. Se retornarmos ao exemplo da campanha pela Legalidade promovida pelo governador Leonel Brizola, onde a atuação da Brigada Militar é intensa, podemos perceber que esta instituição atua perante as ordens e a direcionamento do governador do Estado, em uma ordem política, para dar a sustentação aos que queriam João Goulart no poder.<sup>25</sup>

O Rio Grande não permitirá atentados. A renúncia do senhor Jânio Quadros é definitiva. Resta agora dar posse ao presidente constitucional do Brasil. Resta entregar a Presidência ao senhor João Goulart. [...] Nós, que governamos o Rio Grande do Sul, não aceitaremos quaisquer golpes. Não assistiremos passivamente a quaisquer atentados às liberdades públicas e à ordem constitucional. Reagiremos como estiver ao nosso alcance. Nem que seja para sermos esmagados. Mas defenderemos nossa honra e as nossas tradições. A Constituição do país tem de ser respeitada.<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> RIBEIRO, p. 8.

<sup>24</sup> NUNEZ, Vitória Nicolini. Petry Rahmeier, Andrea. Avante, brasileiros, de pé, unidos pela liberdade, marchemos todos juntos: a Brigada Militar e o Movimento da Legalidade. Taquara, v. 11, n. 1, jan./dez. 2018, p. 56.

<sup>25</sup> RIBEIRO, p. 8.

<sup>26</sup> SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe?. Porto Alegre: Editora L & PM. 2014.

Enquanto Brizola e os legalistas se organizavam nos principais pontos estratégicos do estado e da capital, o Ministro da Guerra, Odylio Denys, entrou em contato com o comandante do III Exército situado em Porto Alegre, Machado Lopes, orientando-o, por duas vezes, a lançar operações militares para intervir e desmantelar a Cadeia da Legalidade. Contudo, Machado Lopes, nos momentos finais e decisivos das operações, desistiu dos procedimentos armados, pois julgou catastrófica a possibilidade dos combates entre o Exército e a BM lançarem o país em uma guerra civil. O Palácio Piratini, apenas para citar como exemplo, e prédios adjacentes ao centro de Porto Alegre se transformaram em fortalezas. Havia Brigadianos e simpatizantes legalistas armados e protegidos por barricadas e sacos de areia nas ruas da capital.

Todo o efetivo disponível do Regimento Bento Gonçalves, cuja área de atuação é proteção era a do Palácio Piratini, foi posto a serviço e em prontidão, inclusive preparando-se para possíveis ataques aéreos oriundos da base aérea de Canoas e dos soldados do Exército aquartelados a poucas centenas de metros descendo a rua.

Brizola, que a esta altura já estava a se manifestar publicamente através da imprensa e da rádio, procurou realizar contatos frequentes com o general comandante do III Exército, Machado Lopes, a fim de expor os atos inconstitucionais que os superiores de Lopes estavam a pôr em prática na capital federal. Se Brizola o convencesse, um valioso aliado entraria a seu favor na disputa política do momento, sem falar nas armas, tanques e mãos que viriam junto. Machado Lopes frustrou os planos iniciais de Brizola, recusando seus pedidos de ajuda ao declarar que, como um bom militar, acataria às ordens oriundas de seus superiores (é presumível que Machado fosse um homem da diplomacia, pois como já citado, contrariou ordens superiores para evitar conflitos, bem como não dispôs de seus homens nos primeiros pedidos de Brizola). Diante das negativas do comandante do III Exército, Brizola passou a procurar por outros líderes políticos e militares que pudessem agregar em sua campanha legalista, com as respostas sendo quase sempre desanimadoras.

A situação da Legalidade teve um grande revés quando o marechal da reserva, ex candidato à presidência, Henrique Lott, no dia 26 de agosto de 1964, fez um pronunciamento aos seus colegas de farda, orientando-os (aconselhando-os) a assegurar a legalidade, apenas um dia depois da renúncia de Jânio.

Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro.

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Senhor Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denis, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais. E, por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria.<sup>27</sup>

Nesta ocasião, Odylio Denys mandou prender Lott sob a alegação de insubordinação e incentivo à desordem pública. Lott cumpriu 15 dos 30 dias sentenciados. Porém, antes de ir ao cárcere, o marechal da democracia conseguiu comunicar Brizola sobre uma lista de oficiais do Exército que possuíam ideias mais favoráveis à Legalidade. Assim, baseado em suas orientações, o governador do RS no mesmo dia procurou uma série de militares, governadores e outras autoridades regionais que potencialmente se somariam à sua causa. Brizola também pagou para que jornais publicassem o manifesto de repúdio ao golpe do marechal Lott, buscando agregar o maior número de simpatizantes possíveis.

Sem muita adesão inicial por parte dos militares e governadores contactados nos primeiros momentos do processo de golpe, Brizola encontrou na população Gaúcha (em maior número) o apoio que tanto precisava. Nos dias 27 e 28 de agosto de 1961 Brizola realizou seus primeiros pronunciamentos na Cadeia da Legalidade na Rádio Gaúcha, que detinha grande potência e alcance com suas ondas de transmissão que abrangiam boa área do território brasileiro. Seus pronunciamentos foram objetivos, tratando da renúncia de Jânio, da tentativa em curso de um golpe por parte da alta cúpula do oficialato das forças armadas (Exército,

---

<sup>27</sup> Pronunciamento do Marechal Henrique Lott em 26 de agosto de 1961. VICTOR, Mário. 5 anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. Disponível em: <https://gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/2.pdf>. Acesso em 21 mar. 2023.

Marinha e Aeronáutica), e das intenções de Odylio Denys de prender Jango quando este retornasse da China; o governador solicitou apoio da população, e inclusive do III Exército, para que estes se unissem à Brigada Militar na resistência pela democracia. Brizola pronunciou no dia 28:

“Peço a vossa atenção para as comunicações que vou fazer. Muita atenção. Atenção, povo de Porto Alegre! Atenção Rio Grande do Sul! Atenção Brasil! Atenção meus patrícios, democratas e independentes, atenção para essas minhas palavras!

...hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela que há de ser heroica, uma cidadela da liberdade, dos direitos humanos, uma cidadela da civilização, da ordem jurídica, uma cidadela contra a violência, contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes. No Palácio Piratini, além da minha família e de alguns servidores civis e militares do meu Gabinete, há um número bastante apreciável, mas apenas daqueles que nós julgamos indispensáveis ao funcionamento dos serviços da sede do Governo. Mas todos os que aqui se encontram, estão de livre e espontânea vontade, como também, grande número de amigos que aqui passou a noite conosco e retirou-se hoje, por nossa imposição.

Aqui se encontram os contingentes que julgamos necessários, da gloriosa Brigada Militar, o Regimento Bento Gonçalves e outras forças. Reunimos aqui o armamento de que dispúnhamos. Não é muito, mas também não é pouco para aqui ficarmos preocupados frente aos acontecimentos. Queria que os meus patrícios do Rio Grande e toda a população de Porto Alegre, todos os meus conterrâneos do Brasil e todos os soldados da minha terra querida pudessem ver com seus olhos o espetáculo que se oferece. Aqui nos encontramos e falamos por esta estação de rádio que foi requisitada para o serviço de comunicação, a fim de manter a população informada e, com isso, auxiliar à paz e à manutenção da ordem. Falamos aqui do serviço de imprensa. Estamos rodeados por jornalistas que teimam, também, em não se retirar, pedindo armas e elementos necessários para que cada um tenha oportunidade de ser também um voluntário, em defesa da Legalidade.

Esta é a situação! Fatos os mais sérios quero levar ao conhecimento dos meus patrícios de todo o país, da América Latina e de todo o mundo. Primeiro: ao me sentar aqui, vindo diretamente da residência, onde me encontrava com minha família, acabava de receber a comunicação de que o ilustre general Machado Lopes, soldado do qual tenho a melhor impressão, me solicitou audiência para um entendimento. Já transmiti, aqui mesmo, antes de iniciar minha palestra, que logo a seguir receberei S. Exa. com muito prazer, porque a discussão e o exame dos problemas é o meio que os homens civilizados utilizam para solucionar os problemas e as crises. Mas, pode ser que esta palestra não signifique uma simples visita de amigo. Que esta palestra não seja uma aliança entre o Poder Militar e o Poder Civil, para a defesa da ordem constitucional, do direito e da paz como se impõe neste momento, como defesa do povo, dos que trabalham e dos que produzem, dos estudantes e dos professores, dos juizes e dos agricultores, da família. Todos, até as nossas crianças desejam que o Poder Militar e o Poder Civil se identifiquem nesta hora para vivermos na Legalidade. Pode significar, também, uma comunicação ao governo do Estado da sua deposição. Quero vos dizer que será possível que eu não tenha oportunidade de falar-vos mais, que eu, nem deste serviço, possa me dirigir mais, comunicando esclarecimentos à população. Porque é natural que, se ocorrer a eventualidade do ultimato, ocorrerão, também, consequências muito sérias. Porque nós não nos submeteremos a nenhum golpe. A nenhuma resolução arbitrária. Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem! Que nos destruam! Que nos chacinem, neste palácio! Chacinado estará o Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo. Esta rádio será silenciada tanto aqui como nos transmissores. O

certo, porém, é que não será silenciada sem balas. Tanto aqui como nos transmissores estamos guardados por fortes contingentes da Brigada Militar.<sup>28</sup>

Até o dia 28 os equipamentos da rádio Guaíba já tinham sido instalados nos porões do Piratini, fazendo transmissões ininterruptas. As rádios Gaúcha e Farroupilha, dentre diversas outras menores, também se juntaram nos esforços da legalidade, formando a Rede Nacional da Legalidade, com funcionamento de 24 horas ao dia.

Além de realizar a guarda das torres de transmissão da rádio Guaíba, na Ilha da Pintada, o governador também solicitou que a Brigada Militar ocupasse e protegesse os transmissores da rádio Farroupilha, instalados na Ponta Grossa.

Seu alcance foi tanto que em determinados momentos atingia 100% de audiência no Estado. A Rede da Legalidade chegou a possuir 104 emissoras em cadeia no Brasil e nos países vizinhos, transmitindo informações em inglês, francês, espanhol, alemão, italiano, árabe e turco.<sup>29</sup>

Após os apelos via rádio, um grande número de porto-alegrenses atendeu aos anseios do governador e, tomados por coragem e convicção, invadiram as ruas do centro da capital e se posicionaram na praça da Matriz, armados pela BM, prostrados ao lado dos policiais militares, preparados para defender a Legalidade e seu país. A mobilização foi tão potente que comitês por todas as cidades do estado foram surgindo e se organizando.

Concomitante a isso, o general Machado Lopes recebia em suas dependências o coronel Diomário Moojen, comandante da Brigada Militar, que buscava uma forma amigável de convencer o general a se aliar à Legalidade ou a pelo menos garantir que nenhum confronto entre as tropas Legalistas e Nacionais ocorreria. Lopes, que vinha se informando sobre os planos do generalato em Brasília, acenou positivamente para com os pedidos de Moojen, entendendo o panorama nacional e como seus superiores estavam colocando em risco a democracia do país. Sendo assim, o marechal ousou e optou por não mais seguir as ordens e

---

<sup>28</sup>Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/612261-resistiremos-ate-o-fim-anuncia-brizola-a-espera-do-bombardeio-do-piratini>. Acesso em 23 mar. 2023.

<sup>29</sup> RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **História**. Porto Alegre. Brigada Militar, 2023. Disponível em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/historia>. Acesso em 21 mar. 2023.

orientações vindas de Brasília, levando consigo todo o III Exército para o lado dos Legalistas, a fim de assegurar a ordem pública.

Machado Lopes imediatamente prosseguiu para o Palácio Piratini para se encontrar com Leonel Brizola (visita mencionada no discurso do dia 28, exposto acima), outros oficiais do Exército e o comandante da BM, Diomário. Após a reunião foi criado o Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, composto pelo III Exército, V Zona Aérea, Brigada Militar e Forças Públicas, sob o comando de Machado Lopes. O III Exército possuía poderosos regimentos de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens, que passaram a atuar ao lado dos 13 mil homens da Brigada Militar.

Em 30 de agosto o general Machado Lopes comunicou sua decisão de não mais aceitar ordens do marechal Odylio Denys aos demais comandos do Exército e teve a adesão de vários oficiais de outros Estados. Concomitante a isso, o comandante geral da BM, Moojen, entrou em contato com todos comandantes das PMs do Brasil em uma tentativa de encontrar mais adeptos à Legalidade, afirmando que o único caminho a ser seguido era o da defesa da Constituição.

Jango, já ciente do cenário que o esperava ao retornar, voou para o Uruguai e entrou no Brasil pelas fronteiras do Rio Grande do Sul, chegando no dia 1º de setembro de 1961 a Porto Alegre, onde foi ovacionado pela população em frente ao Palácio Piratini, adentrando-o para poder realizar conversas com Brizola e toda alta cúpula responsável pela Cadeia da Legalidade e a defesa armada do Sul do País. No dia 2 de setembro, em Brasília, o Congresso Nacional cedeu às inúmeras demonstrações públicas de insatisfação pelo momento de crise, pela tentativa de golpe dos militares, e a favor da posse do vice-presidente João Goulart. Foi aprovada a Emenda Constitucional que instituiu o Parlamentarismo no Brasil, que na prática diminui os plenos poderes do Presidente, atendendo a demandas dos marechais do Exército, mas que foi responsável pela posse de Jango.

Mais confiante e seguro, Jango foi para Brasília no dia 5 de setembro para assumir seu cargo legítimo por direito. Nesse ínterim, Brizola anunciou o fim das transmissões da Rede da Legalidade.

Por fim, no dia 7 de setembro de 1961, João Goulart foi oficialmente empossado Presidente do Brasil, indicando Tancredo Neves para ser seu primeiro ministro.

Em Porto Alegre, no dia 9 de setembro, tropas da Brigada Militar posicionadas desde início de agosto na fronteira do Rio Grande do sul com Santa Catarina, responsáveis por defender o território gaúcho de um possível ataque do Exército nacional, retornadas à cidade desfilaram na avenida Borges de Medeiros, ovacionadas pela população e pelas autoridades presentes, entre elas o governador Leonel de Moura Brizola.

A Brigada Militar passava por uma mudança gradual de posicionamento em relação ao policiamento no estado do RS. Desde o governo Vargas a mesma foi designada não mais a se manter aquartelada, sendo orientada a novas abordagens policiais cotidianas de prevenção. Suas características militarizadas, de preparo voltado para guerra, as quais orientaram a Corporação desde seu nascimento, foram preteridas principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Porém com o cenário político do início dos anos 1960, a mesma se vê na necessidade de resgatar seus traços do passado, ao converter-se novamente em um exército pronto para a guerra convencional.<sup>30</sup>

Seu papel como exército regional fora novamente empregado e cumprido à risca pela Corporação, tendo seus oficiais e praças atendido prontamente ao chamado de convocação do governador do estado em se colocar contrários a um “inimigo” imensuravelmente mais numeroso e bem equipado. Do mesmo modo, o comando da Brigada Militar demonstrou respeitar as hierarquias militares ao não exitar em passar o controle da Corporação ao general do do III Exército quando este se declarou apoiador do governador Brizola e de seus ideais democráticos.<sup>31</sup>

#### **4. O GOLPE: RESISTÊNCIA E EXPURGOS**

---

<sup>30</sup> Na guerra convencional as forças se opõem umas às outras, desdobrando suas unidades em grandes esquemas de manobra, visando um grande embate bélico e direto, e os combatentes de cada exército são identificados por seus uniformes, diferente da guerra não convencional, que visa a obtenção de vantagens significativas em situações que, sem o uso de forças especiais, acaba gerando combates longos e desgastantes, com seus soldados não necessariamente uniformizados.

<sup>31</sup> A Campanha da Legalidade configura um evento histórico tão complexo e singular na história do Brasil que mereceria várias dezenas de investigações para se estudar cada um de seus desdobramentos. Portanto, sabendo da superficialidade que demos aos eventos do período, deixamos aqui alguns trabalhos de outros historiadores que contribuíram com o estudo deste acontecimento tão importante: Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964. Rolim, César Daniel de Assis (2009) [Dissertação]; Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964). Righi, Graziane Ortiz (2015) [Dissertação]; Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964). Mendonça, Daniel de (2006) [Tese]; A política externa independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961). Domingos, Charles Sidarta Machado (2009) [Dissertação]

A partir deste capítulo iremos abordar os acontecimentos posteriores à resistência brigadiana na Campanha da Legalidade e ao golpe civil-militar de 1964, bem como entender os motivos por trás dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados com base nesses períodos. Para tal, optamos por utilizar como fonte o processo de acusação realizado contra a Brigada Militar por parte do Estado, pois este retrata nuances variadas acerca da lógica de perseguição, cassação, silenciamento e punição imposta a personagens inseridos dentro de um organismo relevante ao contexto nacional como a polícia militar do estado do Rio Grande do Sul. Em relação às fontes, neste capítulo trabalhamos com o processo 284 disponibilizado pelo projeto Brasil: Nunca Mais que armazena uma ação penal produzida pelo aparato repressivo do Estado, que através de um Inquérito Policial Militar encontrou justificativas “legais” que resultaram em dezenas de membros da Corporação expurgados por demissão, expulsão ou reforma.

Contudo, quando colocamos essa fonte como tema principal deste capítulo, se faz necessário um adendo em relação às narrativas que serão brevemente expostas aqui. O contexto e os discursos partem do ponto de vista de uma das muitas instâncias do Estado brasileiro, que no momento já colocava em prática seus métodos de repressão e silenciamento a indivíduos contrários ao regime vigente. Ou seja, para utilizarmos os IPMs como fontes, devemos considerar que sua produção é criada, amadurecida e finalizada com intenções punitivas e ditatoriais. A fim de contrastar com a fonte produzida pelos órgãos do Estado, busquei analisar de forma conjunta os discursos encontrados tanto no BNM 284, quanto no livro “Jantar dos Inocentes” escrito pelo expurgado Maildes Alves de Melo, ex capitão da Brigada Militar, atingido pelo golpe de 1964 e pelo IPM, que escreveu suas memórias sobre o golpe civil-militar e seus efeitos aos policiais de seu círculo próximo na Brigada.

Os IPMs nascem como uma forma de investigação e perseguição legalizada e incentivada pelo Estado repressivo brasileiro durante o ano de 1964 para identificar e reprimir opositores do regime, acusando-os de supostas atividades subversivas e de terrorismo. Qualquer cidadão brasileiro poderia ser inquirido por um desses processos “legais”, sendo necessário apenas a suspeita por parte das forças armadas.

O Ato Institucional número I foi decretado imediatamente após o golpe, em 9 de abril de 1964. Com duração de 6 meses, seu foco eram os expurgos dos opositores políticos que compunham as esferas administrativas e políticas do Brasil. Já o Ato número 2, decretado em

27 de outubro do mesmo ano, institucionalizou a repressão política nacional amparada nas competências da Justiça Militar, entregando a esta o poder de investigar, processar e julgar qualquer indivíduo suspeito de ameaçar a segurança nacional. Deste ato em diante a JM articulou denúncias contra cidadãos na forma dos IPMs.

Nas palavras de Érika Wanderley: "Se o segundo Ato Institucional representou uma tentativa de colocar a legalidade do regime em termos claramente repressivos, os atos subseqüentes definitivamente institucionalizaram a revolução em termos legais."<sup>32</sup>

De acordo com Anthony Pereira<sup>33</sup>, os regimes ditatoriais instalados na América Latina submeteram seus poderes judiciários (que possuem a função de garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado) e moderadores ao poder Executivo (destinado a executar, fiscalizar e gerir as leis de um país). No Brasil, a situação ganha traços ainda mais específicos, pois em nosso caso o governo ditatorial procurou legalizar e formalizar ao máximo essa relação entre os poderes, isto é, transparecer menos uma ideia de intervenção forçada nas relações dos poderes e mais uma ideia de organicidade. Isso tudo porque o autor pressupõe o poder judiciário nacional como uma instância limitadora do poder de coação, ao mesmo tempo em que dá legitimidade para a coação. Possuindo em suas fundações constitucionais a autonomia de poder e independência, podendo ser utilizado como poder moderador às crises e contextos políticos-sociais de sua época, o poder judiciário representou um potencial entrave aos planos das Forças Armadas de agir com plenas liberdades. Por isso, já em 1965 o AI 2 foi decretado, trazendo reformas administrativas aos órgãos públicos ainda ligados às noções democráticas. Essas reformas serviram para oficializar e justificar o controle exclusivo, a partir daquele momento, que a Justiça Militar passou a exercer sobre acusados de crime contra a segurança nacional. Além da militarização e do cerceamento, o Judiciário sofreu um esvaziamento de suas atribuições exclusivas. O poder militar suspendeu as garantias da magistratura da vitaliciedade e impediu a transferência de juízes, desembargadores e ministros. Desta forma os IPMs, processos onde a investigação, julgamento e punição muitas vezes se davam pelos próprios militares, passaram a ter o amparo constitucional "legal" para apurar supostas atividades subversivas de qualquer brasileiro que

---

<sup>32</sup> WANDERLEY, Erika Kubik da Costa. A institucionalização da repressão judicial na ditadura civil-militar brasileira. UFSCAR. São Paulo, 2009. p. 22.

<sup>33</sup> PEREIRA, Anthony. O Papel dos Advogados de Defesa na Justiça Militar Brasileira, 1964-1969. in Martins Filho, João Roberto. O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas Perspectivas: Edufscar. São Paulo, 2006.

fosse considerado necessário. Por trás destes inquéritos a “linha-dura”<sup>34</sup> estavam coronéis e outros oficiais da alta cúpula militar brasileira.

Pretendia-se fazer uma depuração na sociedade brasileira, eliminando o que consideravam ser os focos de comunismo, de corrupção e imoralidade, em favor dos valores cristãos e democráticos que supostamente imperavam no país.

A cientista política Érika Wanderley<sup>35</sup> trata de caracterizar os IPMs como mecanismos legais que objetivam sistematizar a segurança absoluta nacional através da eliminação de um inimigo interno. A segurança absoluta se traduz como a estabilidade da ditadura, enquanto os inimigos internos, por suas vez, são todos indivíduos contrários ao regime que preferencialmente estão inclinados à esquerda. Dentro dessa lógica, os IPMs tornaram-se uma ferramenta de poder inquestionável para os oficiais que eram designados para chefiar ou coordenar suas investigações. Interessante dentro desta ponderação, entretanto, é nos atentamos que quando o estado ditatorial classifica e persegue inimigos ditos internos, a noção de Segurança Nacional anteriormente adotada é modificada, pois deste momento em diante o inimigo não é mais externo.

O processo BNM aqui abordado é disponibilizado de forma digital pelo projeto Brasil: Nunca Mais que nada mais é do que uma iniciativa clandestina desenvolvida entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar no Brasil, visando preservar os processos judiciais envolvendo o Estado, a fim de apurar possíveis crimes políticos cometidos. e que gerou uma importante documentação sobre a história nacional no período. Sistematizou informações de mais de 1.000.000 de páginas contidas em 707 processos do Superior Tribunal Militar (STM) revelando a extensão da repressão política no Brasil cobrindo um período que vai de 1961 a 1979. a partir de 14 de junho de 2011, dezesseis entidades estiveram, de alguma forma, envolvidas na digitalização dos processos judiciais, como o Armazém Memória, o Ministério Público Federal (MPF), o Arquivo Público do Estado de São Paulo etc.

#### **4.1 O RS no golpe**

---

<sup>34</sup> Termo utilizado para designar uma corrente ou facção, dentro de um movimento, partido ou governo, que utiliza de discursos e ações mais radicais, menos moderadas e mais intolerantes, especialmente em ditaduras, como a brasileira.

<sup>35</sup> WANDERLEY,. 2009.

O processo Brasil: Nunca Mais 284 trata sobre o Inquérito Policial Militar 11/65 movido contra praças e oficiais da Brigada Militar acusados de ligação ao PTB e ao Diretório Ernesto Dorneles,<sup>36</sup> aberto em novembro de 1964, anexado junto ao processo de apelação 38.521 movido por 39 policiais da Corporação iniciado em 1970, autuado junto ao Supremo Tribunal Militar (STM).

O IPM decorre das investigações e acusações da Justiça Militar do Rio Grande do Sul contra os policiais, pois segundo o órgão tais militares tinham envolvimento direto ou indireto com ações consideradas subversivas durante e após o golpe de 1964, bem como, por lógica, seus envolvimento na Campanha da Legalidade 3 anos antes. Em novembro de 1964 o Ministério Público, através do promotor dr. Luiz Carlos Macedo, ofereceu denúncia à 1ª Auditoria da Justiça Militar, circunscrita à Justiça Militar do Rio Grande do Sul. O juiz aceitou a denúncia, porém reduziu para apenas 16 policiais a acusação: coronel da reserva Mauro Pereira Caloy, tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, coronel da reserva Dirceu de Assis Canabarro Trois, coronel da reserva Militão da Silva Netto, tenente-coronel Solon Pelanda Franco, tenente-coronel Emilio João Pedro Neme, major Jacques da Rocha Motta, major Walter Emilio Nique, capitão Maildes Alves de Mello, major Viriato Natividade Duarte, capitão Edy da Silva Cardoso, coronel Venancio Baptista, coronel da reserva Arduino de Vargas Zamo, capitão Dorival Divino de Campos, coronel da reserva Octacilio Barbosa da Silva e o 1o tenente Miguel Archanjo de Farias.<sup>37</sup>

O IPM em questão nasce na própria situação em que se encontra o estado do RS em 1961, pois não podemos ignorar que mesmo a Brigada Militar se colocando ao lado da Legalidade, em suas fileiras existiam indivíduos favoráveis ao rompimento com as instituições democráticas e inimigos ferrenhos da ideologia comunista. O futuro sucessor do comandante Moojen, por exemplo, era um homem favorável ao golpe contra Jango. Sendo assim, a lógica por trás do monitoramento e marcação dos comunistas da Corporação se iniciou antes mesmo do Golpe de 1964. O futuro comandante geral da BM foi escolhido a dedo pelo novo governador, pois ambos partilhavam dos mesmos anseios sediciosos, para o infortúnio dos

---

<sup>36</sup> O diretório Ernesto Dorneles foi uma organização política com viés trabalhista que se reunia periodicamente para debater sobre a conjuntura política vigente. Muitos policiais da BM tiveram participação ativa no grupo, fazendo, muitas vezes, uma ponte de ligação entre a Corporação e o PTB.

<sup>37</sup> MELLO, Maildes Alves de. Jantar dos Inocentes – a Saga dos Expurgados. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2008, p. 151.

policiais alinhados às causas trabalhistas da Brigada. E para o infortúnio da democracia nacional, o futuro governador do estado do Rio Grande do Sul não se assemelhava nem de longe à figura de Brizola ou aos seus ideais.

Com a vitória de Ildo Meneghetti nas eleições de 1962, a Brigada Militar teve seu comandante geral, Coronel Diomário Moojen, defensor da democracia, ativo de suma importância na Legalidade, substituído pelo Coronel Otávio Frota, conservador e anticomunista, primeiro comandante da Cia Pedro e Paulo.<sup>38</sup>

Ambos homens, quiçá representantes dos dois maiores símbolos da força institucional no estado, possuíam orientação golpista e não mediram esforços para dificultar a resistência democrática que poderia surgir em Porto Alegre novamente.

Ildo Meneghetti e seu comandante geral protagonizaram um dos momentos mais marcantes do início da ditadura em solo gaúcho, quando, temendo resistência contra o golpe por parte da população de Porto Alegre, a exemplo do ocorrido na Legalidade, o governador fugiu da cidade na noite do dia 1 de abril de 1964, transferindo seu governo para a cidade de Passo Fundo, protegido por forte aparato da Brigada Militar mobilizado por Frota. Este evento foi difundido na posterioridade como "Heróis de Passo-Fundo".

Ainda como parte do processo de golpe em curso, Ildo solicitou que Otávio Frota dispusesse de tropas da BM na guarda de pontos estratégicos em Porto Alegre e no estado, tal qual como ocorreu em 1961, a fim de proteger o movimento sedicioso evitando ataques e sabotagens. A corporação montou guarda na hidráulica, na Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, e na RFFSA (Rede Ferroviária Federal SA), além de receber a responsabilidade de executar o então instituído serviço de patrulha ostensiva da cidade.

Concomitante a estes eventos do dia 1, João Goulart nomeia para comandar o III Exército, o general Ladário Pereira Teles, em substituição ao general Benjamim Rodrigues Galhardo, já que esse não teria se manifestado e agido de alguma forma contrária às movimentações das tropas do general Olímpio Mourão em Minas Gerais, que depôs o presidente. O general Ladário Pereira Teles requisitou ao governador do estado do Rio Grande

---

<sup>38</sup> Essa Companhia desenvolveu suas atividades de policiamento em duplas, aos moldes do que vinha sendo realizado em grandes metrópoles, como Paris, Inglaterra, São Paulo e Rio de Janeiro. Seu nome foi uma homenagem aos padroeiros do Rio Grande do Sul.  
fonte: site da BM

do Sul, Ildo Meneghetti, a disposição das tropas da Brigada Militar, ao que prontamente Ildo negou o pedido, não mais reconhecendo Ladário como o comandante do III Exército.

O coronel Otávio Frota informa a seus subordinados da decisão de não dispor de suas tropas ao Exército, porém alguns policiais militares decidem se apresentar no Quartel General do III Exército. Um deles foi o então tenente-coronel Daisson Gomes da Silva. O general Ladário Pereira Telles designa-o para assumir o Comando da Brigada Militar.

Segundo o processo de acusação – disponibilizado no sítio eletrônico do Brasil Nunca Mais, ainda na tarde do dia 1o de abril, o tenente-coronel Daisson repassa seguinte mensagem pela Cadeia da Legalidade: “O Ten Cel Daisson Gomes da Silva, novo comandante geral da Brigada Militar, convoca os elementos da reserva para uma reunião às 18 horas, nos fundos da Prefeitura Municipal, onde está instalado o ‘QG da Legalidade’”. Apesar dessa movimentação, o coronel Octávio Frota foi mantido em seu cargo no comando da Brigada Militar. Outros policiais militares foram acusados de se apresentarem no Quartel General do III Exército. Entre eles estava o coronel da reserva Dirceu de Assis Canabarro Trois e o coronel também da reserva Octacílio Barbosa da Silva. Esses dois coronéis eram na época, respectivamente o presidente e o secretário geral do Diretório General Ernesto Dorneles, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Esses dois militares foram acusados de incentivar a formação dos Grupos dos Onze.<sup>39</sup> O coronel reformado Venâncio Baptista seria um dos que tentou articular com o coronel Octávio Frota para que esse passasse o Comando da Brigada Militar ao tenente-coronel Daisson Gomes da Silva.

Ao final das movimentações golpistas e ao retorno da capital gaúcha à Porto Alegre, o Governador Ildo Meneghetti, em forma de agradecimento, enviou ao comandante geral da Brigada uma carta que dizia:

Naquele momento histórico em que estávamos decidindo a sorte de um governo que agonizava, afogando-se na trama vermelha para comunizar a própria Nação e a sobrevivência da democracia e da Liberdade por nós vivida, houve por bem V.Sa. encarnar o velho espírito Farrroupilha, defendendo a soberania do Estado, por força da Constituição Rio-Grandense, que V.Sa. jurou acatar e respeitar<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> O chamado “Grupo dos Onze” será melhor analisado no capítulo seguinte.

<sup>40</sup> RIO GRANDE DO SUL. Brigada Militar. **História**. Porto Alegre. Brigada Militar, 2023. Disponível em <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Historia/museubm/index.html>. Acesso em 21 mar. 2023.

Dentro dos primeiros dias do golpe, as movimentações administrativas na Brigada Militar foram intensas, pois para além das perseguições e trocas de comandos feitas, foram criados na Corporação os “destacamentos volantes”, com objetivos muito bem delimitados, instruídos a manutenção de segurança e ordem pública não mais exclusivamente prontificada em Porto Alegre, mas a partir daquele momento estabelecidas no interior do estado. Ainda atribuíram aos policiais militares destacados nessas regiões a missão de acalmar as populações do interior explicando os motivos da deposição do presidente.

Assim, Ildo Meneghetti, ciente dos acontecimentos de 3 anos antes, procurou ser prático e decidido ao se certificar de manter seu controle sobre a Brigada Militar e sobre a população. Ildo sabia das capacidades bélicas e de dissuasão da Corporação, por isso precisou garantir que uma nova Campanha da Legalidade não fosse ganhar fôlego dentro de seu estado e do seu exército estadual.

#### **4.2 As acusações sobre os brigadianos**

Ao se analisar o conteúdo do IPM e os fatos narrados nele, precisamos colocar em perspectiva a ideia por trás dos Onze da Brigada e o que exatamente seria esse termo. No inquérito fica evidente a preocupação por parte do Estado em utilizar de tal classificação ao se referir aos brigadianos contrários ao regime e ligados de alguma forma à Brizola.

Os chamados Grupos de Onze Companheiros, Grupos dos Onze, e também conhecidos como Comandos Nacionalistas foram idealizados e propostos por Leonel Brizola e partidários do PTB do Rio Grande do Sul que perceberam as más recepções que as políticas de João Goulart estavam sofrendo ao final de 1963. Assim, antevendo um golpe de estado que poderia derrubar Jango, e tomando por base a formação de um time de futebol, imagem de fácil assimilação e apelo popular, Brizola acreditava na organização de pequenos grupos, compostos por 11 patriotas, que poderiam ser mobilizados sob seu comando na defesa da democracia brasileira uma outra vez. Porém não se tratava de uma defesa necessariamente através das armas. Brizola pensará o Grupo dos Onze de forma mais política, sendo o emprego destes destacamentos, de forma geral, na função de pressionar os governantes para que as reformas propostas pelo governo de João Goulart fossem aprovadas e realizadas, fazendo assim a manutenção do governo.

Segundo Baldissera, “Para Brizola, o Grupo dos Onze deveriam ser grupos de pressão sobre o presidente, sobre o congresso e sobre a sociedade em geral para a realização das Reformas de Base”.<sup>41</sup>

Por meio da rádio Mayrink Veiga,<sup>42</sup> a partir do ano de 1962, Leonel Brizola começou um programa todas as sextas-feiras, às 21 horas. Com suas proclamações, a voz de Brizola chegava aos lugares mais distantes do País, mobilizando a população em torno das suas ideias políticas e propostas de mudar o País. Na noite de 29 de novembro de 1963, Brizola utilizou seu programa para lançar um movimento de massa, com uma operacionalidade ágil, com habilidade para atuar em todo o território brasileiro, incluindo as áreas mais isoladas e distantes. Esse movimento ficou conhecido em primeiro momento como Comandos Nacionalistas. Brizola também organizou panfletos informativos para ajudar nas articulações dos grupos, a grosso modo, como manuais de instruções para a formação do Grupo dos Onze por todo o Brasil. Esses materiais informativos falavam principalmente sobre a defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. O documento descreve, em um pequeno histórico, a situação política e econômica do país e também passa a convocar a população para se mobilizar, a fim de que não deixe o governo ditatorial se estabelecer. A última parte do texto faz referência ao Grupo dos Onze, registrando que este seria o ponto de mobilização e organização do povo brasileiro contra um futuro governo ditatorial.

A ordem de estruturar os grupos e colocá-los em prática partiu de estudos que rapidamente chegaram ao conhecimento de pessoas vinculadas ao PTB, ganhando as graças do partido, virando um foco nacional de mobilização do mesmo. E foi assim, através das influências PTBistas que os primeiros oficiais e praças da Brigada Militar tomaram conhecimento do movimento, acabando por involuntariamente propagar esse pensamento dentro da Corporação.

Em resumo, fica nítido como o Grupo dos Onze nasce como uma ferramenta alicerçada em torno de João Goulart e sua dificuldade de realizar as reformas de base. Assim, o Grupo dos Onze passa a ser um grupo importante organizado pelo então deputado legalista Leonel

---

<sup>41</sup> BALDISSERA, Marli de Almeida. Onde estão os grupos de onze?: Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS. Dissertação de mestrado do programa de pós graduação em história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2003, pg. 58.

<sup>42</sup> A rádio Mayrink Veiga foi uma emissora de rádio fundada no Rio de Janeiro, em 1926, e que teve papel decisivo no legalismo dos anos 60. Foi fechada em 1965 a mando do ditador Castelo Branco.

Brizola, como uma célula política que lutava pela aprovação total e integral das reformas de base propostas pelo presidente.

A partir das primeiras páginas do Inquérito movido pelo Estado contra os policiais da Brigada Militar, logo no início do processo de golpe, o termo "os Onze da Brigada" é utilizado de maneira pejorativa para designar um grupo da alta cúpula do oficialato que possuíam laços estreitos com Leonel Brizola e com o PTB através do diretório General Ernesto Dorneles. Esses vínculos com a esquerda foram suficientes, ao olhar do regime repressivo, para justificar a instauração do Inquérito que os acusou e os condenou por praticarem propagação de ideias subversivas, de fazer discursos comunistas e de atentarem contra a ordem e o comando da Brigada Militar.

Percebe-se que os elementos e as situações que tocam a Brigada Militar nesses períodos de conturbações ajudaram a criar e estabelecer vínculos fortes entre oficiais e praças da Corporação com movimentos políticos de esquerda, mais especificamente Leonel Brizola e o PTB. Isso auxilia na hora de analisarmos de que forma a Campanha da Legalidade fortaleceu em muito os integrantes dos Onze da Brigada. Vale ressaltar que muitos dos acusados de pertencimento aos Onze receberam cargos de destaque e importância na Brigada Militar durante o governo de Brizola.<sup>43</sup>

Esse período de 5 conturbados anos (60-65) nos retorna novamente ao debate sobre Brigada Militar e seus posicionamentos políticos, pois se torna, ao nosso entendimento, de suma relevância reforçarmos como se desenvolveu esse sistema de decisões da Corporação. A BM, através de seu alto comando, posiciona-se, sem exceções, ao lado do legalismo estadual. Independente das conjunturas e divergências entre os lados envolvidos, a instituição Brigada Militar acatou as ordens legais do Governador, como demonstrado em todos conflitos em que participou. Demonstrando, mais uma vez, que sua volatilidade diz respeito aos ideais do governo do Estado do Rio Grande do Sul. E essa questão se torna de nosso interesse, pois, até onde é conhecido, o golpe de 1964 se torna a primeira situação onde a alta cúpula da Corporação está abertamente dividida em dois grupos, com membros alarmados com o rumo do país ponderando ações drásticas como uma tomada de poder em nome de seus ideais. Desses grupos, um era favorável ao rompimento com o presidente, obediente às ordens de Meneghetti, e o outro favorável às reformas de Jango.

---

<sup>43</sup> MELLO,. p. 44.

Ao final da história, para a posteridade, a narrativa que se mantém, pelo menos oficialmente, é a de que a Brigada Militar permaneceu em ambos os momentos históricos na vanguarda da legalidade. Em 1961 defendeu o país dos sediciosos e em 1964 defendeu o país dos comunistas. Mas o que não pode ser discordado é que em 61 a Corporação pegou em armas em nome da democracia, estabelecendo-se ao lado de Brizola como o último pilar de resistência pela liberdade, entretanto, em 64 a Corporação silenciou as armas que tentavam resistir, estabelecendo-se ao lado de Meneghetti como um aríete abalroando os alicerces da democracia.

O IPM movido contra os brigadianos era minucioso, carregado de informações específicas sobre o Diretório General Ernesto Dorneles e o citado Grupo dos Onze. Para Maildes, inclusive, com base em suas interpretações sobre os colegas inquiridos, a lista de investigados já estava pronta antes mesmo do golpe e estava indiretamente voltada para Brizola.<sup>44</sup>

É justamente sobre a parcialidade das investigações que devemos concentrar nossos questionamentos sobre os conteúdos ali postos. Ter ciência de que as informações coletadas pela investigação possuem um contexto muito particular se faz necessário, pois somente assim garantimos aos indivíduos citados neste trabalho a verdade sobre suas existências. Não pretendemos utilizar de uma retórica imparcial, contudo, tentando transmitir uma neutralidade acerca dos acontecimentos narrados até então. Nosso objetivo é lançar saber sobre os acontecimentos do período que marcou a vida social e urbana de Porto Alegre, não esquecendo nunca de que estamos tratando de documentos maliciosos produzidos em circunstâncias tendenciosas, cuja finalidade já estava definida antes mesmo de sua execução. Os IPMs foram apenas as justificativas "legais" que o Estado ditatorial encontrou para punir e banir policiais militares de seus cargos públicos.

Os riscos acerca da utilização desse tipo de documentação são grandes, pois ao se ler e tomar notas sobre seus conteúdos, não podemos ignorar a possibilidade de ausências que dizem respeito aos trâmites legais que um processo desta ossada, em teoria, possui. Se os depoimentos não foram adulterados ou forçados mediante tortura não temos conhecimento, mas é imprescindível que nunca seja ignorada essa possibilidade. Nem mesmo a possibilidade de defesa foi dada aos expurgados:

---

<sup>44</sup> MELLO,, p. 77.

Por outra banda, o IPM devido a sua natureza, não traz em seu bojo oportunidade de defesa, tendo em vista que são peças inquisitórias e se destinam a instruir procedimentos exclusivamente militares. E não transportam prova de defesa.<sup>45</sup>

O IPM ainda apresenta uma série de informações a respeito da organização interna do Grupo dos Onze, ligando os envolvidos ao PTB, à Brizola, à políticas de reformas de base e ao nível de prontidão de seus membros, se fazendo necessário apenas “uma notícia em código a ser transmitida pelo rádio ou jornal. A esse sinal, elementos já instruídos reunir-se-iam em um local já determinado, onde dispunham de armas e estariam prontos para entrar em ação”.<sup>46</sup>

Porém tais afirmações são descartadas pelos oficiais acusados de compor os Onze. Inclusive, Maildes descarta o próprio grupo ao falar:

Como dizia, não havia fundamento lógico na denúncia do Grupo dos Onze, porque um de seus componentes, um major, era na época subcomandante de uma unidade. Centenas de homens estavam sob seu comando. Teria ele abdicado de seu comando para ser um soldado num grupo de 11? E os demais capitães e tenentes, também teriam renegado seus comandos fracionários para se sujeitarem a uma situação subalterna? Não... isso era somente um novo prato cheio para o novo regime se justificar.<sup>47</sup>

Por isso nossos repetidos alertas sobre os materiais produzidos pelo Estado no período. Devemos sempre questionar os discursos expostos pelos sediciosos, ainda mais quando outras fontes entram em conflito.

No que tange a outras acusações no IPM, ganha destaque os movimentos entre oficiais da BM e do III Exército que durante as horas iniciais do golpe se acentuou. É citado que tamanha foi a articulação entre ambas as forças, que de fato ocorreu um movimento organizado de oficiais para agilizar a entrega da Brigada Militar ao comando do general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, contrário ao movimento sedicioso. Ladário assumiu o comando da 6ª Divisão de Infantaria em março de 1964, pois o governo federal sabia de sua índole democrática e anti golpista, confiando nele a região militar mais sensível do país, pois o mesmo território que serviu como fortaleza para a Legalidade em 61, no momento possuía

---

<sup>45</sup> MELLO,. p. 131.

<sup>46</sup> Base de dados do Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNM 284, p. 6.

<sup>47</sup> MELLO,. p. 88.

além de um governador contrário ao presidente, um comandante de exército que conspirava contra o governo. Ao tomar posse do comando da 6ª DI, sediada em Porto Alegre, Ladário passou a ser o oficial mais antigo na região, pois o comandante antecessor, general Galhardo, foi nomeado ao Estado Maior, deixando a zona do III. Assim Jango conseguiu se articular e colocar um aliado confiável no comando das forças do sul. E um dos primeiros posicionamentos de Ladário foi desconfiar de uma possível sublevação vinda do II Exército do general Krueel com QG sediado em São Paulo.

Em 31 de março com a deflagração do golpe, Jango ordenou que Ladário se deslocasse até Armando Âncora, comandante do I Exército e Ministro da Guerra, para que ambos dessem voz de prisão aos oficiais revoltosos. Entretanto, Castelo Branco, um dos principais alvos, já não se encontrava mais e Ladário foi orientado a retornar à Porto Alegre. Chegando na capital do RS, Ladário ocupou estações de rádio e televisão, entregando a Leonel Brizola seus controles, na tentativa de iniciar uma nova Campanha da Legalidade. Porém ao solicitar a Brigada Militar para seu comando, recebeu a negativa do comandante geral da mesma, Octávio Frota. Assim, sob tais circunstâncias, viu sua influência bélica e política se esvaindo, com a bancarrota sendo a fuga de Ildo Meneghetti com a capital do estado.

Nos autos do IPM, o Estado procura justificar os acontecimentos orquestrados pelo estado do Rio Grande do Sul, ao julgar inconstitucional as requisições do III Exército:

Por entender ser inconstitucional tal requisição, o Cel. Otavio Frota deu conhecimento, naquele dia, aos seus comandados, de que havia negado a entrega da Brigada Militar ao comandante do III Exército. Ao mesmo tempo, determina o regime de rigorosa prontidão para toda a força. Os pré-citados denunciados, porém, desobedecendo instruções do Comando da Brigada Militar, que os convocará face a grave situação nacional do momento, não só desatenderam essa convocação, como se apresentaram ao QG do III Exército, com o proposito deliberado de ficarem subordinados a esse comando”.<sup>48</sup>

Para concluir, é interessante também analisarmos que antes mesmo do coronel, e comandante da brigada, Octávio Frota, solicitar a abertura de um Inquérito para averiguar o comportamento de membros da Corporação, o coronel Raul Oliveira, chefe do Estado Maior da Brigada Militar, já havia realizado um relatório inicial citando membros da BM e suas contravenções:

---

<sup>48</sup> Base de dados do Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNM 284, p. 7.

o coronel Mauro Pereira Caloy tinha sido visto na sede do Quartel General do III Exército; o tenente- coronel Solon Pelanda Franco afirmou que só obedeceria ao já deposto presidente João Goulart o que contraria a ordem do Comando da Brigada Militar de obedecer ao recém empossado deputado Ranieri; o major Jacques da Rocha Motta se apresentou no QG do III Exército enquanto ainda era chefe da 1ª Seção, caracterizando abandono de posto num momento em que as tropas estavam em prontidão. O chefe do Estado-Maior, coronel Raul Oliveira, relatou ainda que tal atitude do major Jacques da Rocha Motta foi vista pelo comandante Geral da Brigada Militar, que havia se deslocado ao Quartel General do III Exército a serviço. O major Jacques da Rocha Motta ainda estaria num telefonema, onde articularia uma movimentação de sargentos, sem autorização do comando da Brigada. Outros oficiais tiveram suas ações descritas, como o 1º tenente Osório Borges Torres que teria aliciado um civil para tomar atitudes consideradas desordeiras, na cidade de Santa Cruz do Sul; o 1º tenente Helvio Rodrigues Ribas que teria concitado militares a tomarem atitudes consideradas contra a disciplina e o 1º tenente Miguel Archanjo de Farias, que teria ocupado uma emissora de rádio na cidade de Taquara, para que a mesma integrasse a rede da legalidade.<sup>49</sup>

A conclusão que se chega ao final dos nossos estudos dizem mais a respeito da máquina de terrorismo do estado brasileiro, do que necessariamente sobre os acusados pelo Inquérito Policial Militar.

O governo, através do IPM, procura ligar os, em primeiro momento, 39 acusados de tramarem e/ou atentar contra a ordem militar vigente, porém o mesmo não se preocupa em seguir trâmites legais de um processo jurídico, focando apenas na condenação dos envolvidos. E além disso, uma das fragilidades do IPM se demonstra nas tentativas de punição a indivíduos que nunca estiveram filiados a partidos políticos, muito menos a diretórios. É necessário levar em conta que ser filiado ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles, ou não; ser filiado ao Movimento Nacionalista; simpatizar com a causa nacionalista ou trabalhista, seguir ou não a liderança de Brizola são questões que podem estar relacionadas, mas não são as mesmas.

Nas nossas análises, baseadas no IPM e no livro de Maildes, podemos constatar que alguns militares possuíam ligações sim com o PTB, como o próprio Maildes, mas que também existiram os homens que em nenhum momento mantiveram vínculos com alguma espécie de grupo ou iniciativa politicamente organizada, tal qual o coronel Mauro Pereira Caloy e o capitão Militão da Silva Neto. Existiram, inclusive, aqueles que nunca se declararam marxistas,

---

<sup>49</sup> DA SILVA, Kelvin Emmanuel Pereira. A oposição de oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul ao golpe de Estado de 1964. TCC (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2016, p. 37.

tampouco propagaram discursos deste tom, levando à contradição as justificativas citadas no inquérito.<sup>50</sup>

Dessa forma, em nossas leituras não encontramos material que justificasse (dentro de uma noção de imputabilidade de culpa) os expurgos e prisões dadas aos 39 policiais do primeiro IPM, tampouco aos 89 que passaram pelo Presídio Militar Especial.

## 5 O PRESÍDIO MILITAR ESPECIAL

Victor Hugo, poeta, dramaturgo, romancista e estadista francês escreveu, dentre muitas obras, *Les Misérables*, que retrata a desigualdade social e a miséria decorrente, e, por outro lado, o trabalho desempenhando uma função benéfica para o indivíduo e para a sociedade. Retrata também o conflito na relação com o Estado, seja pela ação arbitrária do policial ou pela atitude do revolucionário obcecado. A obra é o suprasumo da filosofia política de Hugo, um ferrenho defensor dos direitos humanos e da democracia liberal.

É atribuído a Victor Hugo a frase "*Ouvrir une école, c'est fermer une prison*", que traduzido ao português pode ser entendido como "abrir uma escola é fechar uma prisão". Ao entendermos o contexto da concepção política de Hugo, fica mais fácil de se atribuir tal pensamento como uma crítica direta do escritor ao governo (ou os governos) que erroneamente não prioriza a educação, quando no final das contas são justamente as escolas e o trabalho exercido por elas na sociedade que garantem à população uma vida menos propensa a criminalidade e ao cárcere. Particularmente acreditamos que Hugo estava certo ao proferir tal pensamento. As escolas e a educação de fato são basilares na questão de segurança pública, sendo grandes (mas não os únicos) mecanismos de políticas públicas de prevenção a longo prazo da criminalidade.

A utilização de Victor Hugo não é particularmente original neste texto. Na verdade, quem pensou e repensou a frase inicial foi Maildes Alves de Mello, ao trabalhar em um dos capítulos de seu livro sobre seu encarceramento após ser caçado pelo Estado repressivo.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Base de dados do Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNM 284, p. 5.

<sup>51</sup> MELLO, p. 60.

Maildes brincou com as palavras ao abrir seu décimo quinto capítulo "Fechem-se escolas e abram-se prisões" provando ao escritor e político francês que a arrogância e o mau caratismo do ser humano extrapolam qualquer lógica e bom senso. Que Victor Hugo, a onde quer que esteja, nunca saiba disso, mas na Porto Alegre de 1964 até os dias atuais, seguimos fechando escolas e abrindo prisões.

Neste capítulo final iremos abordar o tópico que gerou toda a pesquisa desta monografia. A questão central em nossos interesses por trás dos estudos realizados até aqui, e que orientaram os discursos gerados anteriormente. Neste capítulo falaremos a respeito do Presídio Militar Especial, local transformado em cárcere imediatamente após o golpe de 1964 para abrigar exclusivamente oficiais e praças da Brigada Militar que foram marcados e perseguidos pelos IPMs realizados na Corporação.

Com a ajuda do historiador Jair Krischke,<sup>52</sup> tivemos acesso a um Boletim Geral da Brigada Militar de 1964 que trata da solicitação feita pelo Comando da 6ª Divisão de Infantaria junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a respeito da utilização do prédio situado na rua Silvado, buscando convertê-lo em um presídio destinado exclusivamente para oficiais e praças da Brigada Militar.

O documento é um compilado realizado pelo Museu da Brigada Militar de vários boletins mensais que fizeram alguma menção direta ao Presídio Militar Especial. O documento possui em suas páginas boletins que abordam desde a solicitação de uso do prédio, até informações sobre movimentações de aprisionados, ou postos em liberdade ou transferidos entre centros de encarceramento.

No ano de 1855 a região a leste do centro de Porto Alegre, situada ao pé de um morro (atual Morro da Polícia), denominada como Chácara das Bananeiras, foi incorporada ao município porto-alegrense em meio aos programas de ampliação do perímetro urbano da cidade.<sup>53</sup> Por ser uma região relativamente nova e não habitada, o Comando da Brigada Militar

---

<sup>52</sup> Envolvido na luta pelos direitos humanos desde 1961, fundador e presidente do Movimento por Justiça e Direitos Humanos - MJDH, empregou sua vida na missão de salvar presos políticos que foram torturados pelas ditaduras militares brasileira, argentina e uruguaia. Investigador da Operação Condor, uma aliança entre as ditaduras da América do Sul durante os anos 1970, ao longo das últimas quatro décadas ele denunciou vários casos de tortura e desaparecimento na região, acompanhou muitos processos legais e intermediou negociações de asilo político para refugiados.

<sup>53</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre: guia histórico. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

MALMANN, Ana Maria Monteggia Malmann. Vila Nova. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 1996.

fez a aquisição de um grande lote de terras para construir e inaugurar em 1910 na encosta do morro a Linha de Tiro, local destinado ao treinamento e prática de tiro com armas longas. Nos anos que se seguiram, como vimos anteriormente, a Corporação se expandiu drasticamente em termos de material humano, bélico e tecnológico, aumentando suas instalações na região das Bananeiras, instalando lá o Depósito de Recrutadas, o 1º Batalhão de Infantaria, o Centro de Instrução Militar e o Grupo de Metralhadoras.

A região mudou de nome e se tornou oficialmente um bairro de Porto Alegre em 7 de dezembro de 1959 com a Lei municipal 2.022,<sup>54</sup> passando a se chamar Coronel Aparício Borges, homenageando o tenente-coronel homônimo morto na Revolução Constitucionalista de 1932.

No início dos anos 60 a região, se somado ao bairro Partenon com quem faz fronteira, representa a maior concentração de armas e soldados militarizados da cidade, pois ali se encontravam, além das instalações já citadas, o 8º Batalhão Logístico do Exército, o Presídio Central de Porto Alegre, o 3º Regimento de Cavalaria de Guarda, o 18º Regimento de Infantaria, o 4º Regimento de Polícia Montada, o Comando Rodoviário da Brigada Militar, além de outras pequenas instalações administrativas e de apoio à Corporação.<sup>55</sup>

Após a deflagração e conclusão do golpe civil-militar na madrugada do dia 2 de abril de 1964, os organismos sediciosos que apoiaram o processo, incluindo a Brigada Militar, iniciaram rapidamente seus procedimentos de perseguição, afastamento e exclusão de membros abertamente contrários ao novo regime que nascia.

O Boletim da Brigada data a solicitação da requisição do Prédio sem número na Avenida Silvado em 27 de Abril de 1964, menos de 1 mês após o final do processo de golpe. A velocidade em que foi realizada a requisição e a prisão dos primeiros policiais da Brigada só reforça a ideia central dos nossos apontamentos acerca das atividades de depuração planejadas pelos sediciosos antes mesmo da efetivação do Golpe Militar. Uma operação “limpeza” de

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/1959/203/2022/lei-ordinaria-n-2022-1959-da-denominacao-aos-bairros-de-porto-alegre>. Acesso em 10 mar. 2023.

<sup>55</sup> A região ao longo de sua história possuiu outros órgãos variados do Estado, alguns já extintos como o 18º Regimento de Infantaria do Exército na avenida Bento Gonçalves, que inclusive serviu de local repressivo durante a Ditadura civil-militar. Também foi morada da CORAG, companhia rio-grandense de artes gráficas, extinta em 2019, com seu prédio hoje cedido também a Brigada Militar que instalou nas dependências o Departamento de Informática da Brigada Militar. Ao longo da avenida Silvado também se localiza o colégio Tiradentes da Brigada Militar, o Presídio da Brigada Militar, o Canil da Brigada Militar, o Batalhão de Polícia de Guardas e o 1º Batalhão de Polícia de Choque, além, é claro, do Instituto de Educação Estadual Paulo da Gama.

indivíduos indesejados e perigosos aos olhos dos revolucionários.<sup>56</sup> Se existe a possibilidade das ações de expurgo na BM terem sido pensadas às pressas após o dia 1º de abril, ela acaba por parecer remota, dada a conjuntura que se desenvolveu a queda da democracia brasileira. Muito bem pensada e articulada pelos militares e as elites brasileiras, nos parece pouco provável que justamente a Brigada Militar, com histórico extenso de combate e investigação, iria deixar brechas num dos momentos mais importantes de sua história.

As articulações para a escolha do prédio e quem ali seria confinado muito provavelmente já estavam sendo pensadas antes do dia 31 de março de 1964. Talvez até, como já citamos anteriormente, desde a Campanha da Legalidade em 1961, como pondera Maildes.<sup>57</sup>

Maildes Mello encontrou seu primeiro cárcere em 5 de abril de 1964, apenas 3 dias após o golpe, e cerca de 7 meses antes da abertura do IPM, evidenciando o projeto de limpeza que a Corporação sofreria. A respeito deste primeiro contato com a perseguição, Maildes e outros colegas oficiais da BM são apresentados ao sequestro institucional praticado pelo regime. Isto é, segundo o relatório CNV, prisões efetuadas sem ordens judiciais ou fundamentos legais configuram sequestros e ações clandestinas. "Essa prisão era um verdadeiro sequestro [...] Não era comunicada como a lei exigia. Não se comunicava à justiça, porque a justiça era respeitada nesse ponto."<sup>58</sup>

O então capitão foi recolhido ao Serviço de Intendência da Brigada Militar onde foi mantido prisioneiro numa sala de escritório do segundo andar do prédio onde o mesmo havia trabalhado no passado. Ali Maildes permaneceu por 21 dias, quando então foi transferido para o Colégio-Prisão Paulo da Gama.<sup>59</sup> Aqui com esta informação encontramos um conflito de narrativas. Maildes afirma que foi transferido para o Presídio Especial Militar no dia 26 de abril, porém nas nossas fontes documentais, produzidas pela Brigada Militar, a transferência de Maildes e outros presos ocorreu no dia 23 de abril, inclusive com ambas datas sendo anteriores à data do próprio documento de solicitação emitido pelo Comando da 6ªDI, 27 de

---

<sup>56</sup> Segundo os militares que realizaram o golpe de Estado que depôs o presidente legalmente instituído João Goulart em 1964 a ação foi uma revolução, vitoriosa, pois, como movimento armado, ela distinguia-se dos demais pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

Ainda segundo o AI-1, o "Poder constituinte [...] se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma." Seria dessa forma que se garantiria a legitimidade para construir o novo governo, pois conteria a força normativa do novo período.

<sup>57</sup> MELLO, p. 144.

<sup>58</sup> Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. 2014, p. 305.

<sup>59</sup> MELLO, p. 39.

abril. Essa relação de datas abre a hipótese de que o documento tenha sido emitido após o prédio receber os primeiros presos. Não seria de nosso espanto se as forças militarizadas, antes mesmo da permissão "legal" da administração pública, tivessem ocupado o local para preparar suas dependências para receber os presos políticos, configurando, assim, a clandestinidade inicial do local.

As prisões realizadas contra Maildes e seus colegas, horas após a conclusão do processo de golpe, em escritórios e salas improvisadas dentro das dependências dos próprios quartéis da Brigada Militar, onde estes homens exerciam funções nos anos anteriores, se enquadra dentro da lógica de sequestro e cárcere em locais clandestinos debatida nas páginas do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Pois, tanto a prisão realizada no SI, quanto a prisão no Colégio foram arbitrárias, realizadas sem processos judiciais, levadas a cabo de forma clandestina, com os agentes repressores indo na casa de Maildes durante a noite, o prendendo na porta de casa, sem comunicar sua família do local ao qual seria recolhido. A este fato, devemos lembrar que uma pessoa só pode ser detida em uma unidade policial- delegacia ou presídio. Fora destes espaços, configura-se sequestro.

A escola Paulo da Gama foi requisitada diretamente pelo Comando da 6ª Divisão de Infantaria, atual 6ª Divisão de Exército, sediado no Quartel General da Zona Militar do Sul, no centro da capital. A divisão representava uma das maiores unidades operacionais do período, possuindo uma dezena de outras companhias, batalhões e esquadrões à sua disposição. Por ser a Divisão responsável pela área, o Comando foi incumbido de cuidar das "questões burocráticas" da repressão. Este, por sua vez, após solicitar o uso do prédio, incumbiu a própria Brigada Militar sua manutenção e guarda. Foram designados Administrador e auxiliar do presídio respectivamente o coronel Oscar Ávila da Cunha e o primeiro-tenente Anastácio José de Carvalho, ambos homens conhecidos dentro das fileiras da Corporação, com Oscar recebendo a alcunha de Patasso. O presídio recebeu, até seu último dia de funcionamento, cerca de 80 policiais militares.

A razão da escolha de uma escola como local para aprisionamento, apesar de não possuir registros escritos conhecidos, acreditamos estar ligada à geografia básica do local selecionado e a lógica que viria a ser empregada no presídio.

A escola se encontra numa região bastante militarizada, sendo até hoje cercada por prédios de quartéis e campos de treinamento da Brigada Militar. A primeira vista poderia parecer inusitada a escolha do local, porém quando avaliamos a composição histórica do

próprio bairro, nos soa mais ilógico ainda a ideia inicial da prefeitura de Porto Alegre ter escolhido um quarteirão militarizado para abrigar uma instituição de educação pública.<sup>60</sup> Um presídio designado especificamente para receber policiais militares rotulados como subversivos ao regime vigente, mantido por outros policiais militares da mesma instituição, parece ser mais uma das muitas peculiaridades que cercam a história da Brigada Militar. É do nosso interesse levantar o questionamento sobre a autonomia que a Brigada Militar recebeu das Forças Armadas ao poder lidar com seus próprios "indesejados" sem necessariamente grandes interferências do III Exército. E, mais do que mera vaidade, levantamos a hipótese da BM, através da solicitação do 6<sup>a</sup> DI, ter planejado o Presídio Militar Especial para separar em primeiro momento os oficiais e praças de presos civis enviados ao Presídio Central de Porto Alegre (à 100 metros do Colégio Paulo da Gama) e, num segundo momento, separar os oficiais e praças de possíveis amigos e camaradas de farda que viessem a montar guarda nos quartéis da BM em que os presos políticos fossem enviados. Sobre essa situação, Maildes cita sobre um soldado que foi seu ordenança (sic) e que montou guarda em sua porta no SI: "O pobre do José chorava e dizia: 'Meu capitão... que malvadeza para mim!' Eu, pelo buraco da fechadura, recomendava: 'José, aguenta firme. Não chores, que vais te comprometer. Olha tua família.' José se salvou."<sup>61</sup>

A escolha do local para o Presídio Militar conversa, em princípio, com a lógica de escolha por trás de centros clandestinos de tortura e repressão praticados na América do Sul. Para Zarakin e Niro, os agentes repressores costumam estabelecer centros clandestinos dentro da malha urbana visando se misturar a sociedade de modo que seu real funcionamento pudesse passar despercebido para a população local:

Sua condição de clandestino lhe outorga a vantagem da invisibilidade e da impunidade, convertendo-o em um "não-lugar" para aqueles que se encontram dentro de seu espaço. Este "não-lugar" transforma seus ocupantes em "desaparecidos" precisamente porque não estão em nenhum "lugar", ou, ao menos, não se conhece sua localização.

Parte de sua invisibilidade se deve ao fato de que funciona dentro de outros edifícios. Em geral, os CCDs não são construídos. Adapta-se parte ou a totalidade de um edifício existente para funcionar como tal.<sup>62</sup>

<sup>60</sup> Como relato pessoal contribuo: inúmeras foram as ocasiões em que as aulas no PG foram atrapalhadas, pois o gás lacrimogêneo dos campos de treino da BM ao lado estavam sendo conduzidos pelo vento em direção à escola. Barulhos de bombas e disparos já eram de nosso cotidiano.

<sup>61</sup> MELLO, p. 39.

<sup>62</sup> ZARANKIN, Andrés; NIRO, Claudio. A Materialização do Sadismo: arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-83).

Para tanto, temos dois momentos da utilização do prédio azul localizado na avenida Silvado. O primeiro se configurando como a utilização ilegal e clandestina de uma escola pública para encarcerar polícias militares sequestrados e retirados de dentro de suas próprias casas sem motivos legais. E um segundo momento, onde ocorre a legalização deste espaço como um presídio destinado a presos políticos - como o próprio documento os chama - já sob a égide e aval do Estado, porém sob as mesmas condições de um sequestro: presos e retirados de dentro de suas próprias casas, sem motivos legais, com suas famílias sem muitas informações. A incongruência de datas indica tais conclusões, mas não necessariamente define tal informação.

Pode-se concluir e interpretar as informações dispostas de maneira conjunta, pois ao considerarmos uma das lógicas de funcionamento do aparato ditatorial brasileiro, não surpreende que este movimento de ilegalidade e legalidade estejam intercalados. Nesta ambiguidade temos os próprios IPMs que eram públicos e burocratizados na mesma intensidade que eram parciais e inacessíveis. Maildes, inclusive, cita que sua mulher conhecia seu paradeiro e sua exata localização durante seu cárcere no Presídio Especial Militar, porém esta informação poderia ser apenas um privilégio de oficial.<sup>63</sup>

O autor também contribui com uma descrição do Presídio durante sua estadia, dando sua percepção de como era estar encarcerado naquele local.

"Esse estabelecimento escolar é um prédio de dois pisos. No inferior funcionava a infra-estrutura da administração e uma enfermaria para o atendimento a nós, os presos. Na parte superior foi que ficamos alojados, salas de aula funcionando como dormitórios. Em cada uma nos acomodávamos uns dez. Nossa movimentação era permitida somente nesse piso, cujas peças eram ligadas por um corredor externo. Com essas condições físicas do presídio, não chegamos a ver o sol nascer quadrado, porque não havia grades. Éramos cercados por uma linha de segurança montada pela Brigada Militar com nossos colegas de farda. Mas quando presos nos quartéis, muitos de nós viram o Astro-Rei aparecer cubicamente".<sup>64</sup>

---

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni (Orgs.) *Arqueologia da Repressão e Resistência – América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008..

<sup>63</sup> MELLO, p. 66.

<sup>64</sup> MELLO, p. 69.

O Paulo da Gama até hoje se encontra muito próximo ao Presídio Central de Porto Alegre, e Maildes cita que um de seus colegas de farda, o capitão Lauro Lelis da Rosa, ao subir em um dos parapeitos se comunicava com os presos civis encarcerados na cadeia pública.<sup>65</sup>

A pressão psicológica era constante em cima dos presos, inclusive com ameaças de fuzilamento e transferências súbitas de presos a locais mais remotos e de piores reputações. Partindo dessa informação, concordamos com a lógica do “inimigo interno” levada a cabo pela Doutrina de Segurança Nacional, que segundo Padrós,<sup>66</sup> tinha como objetivo acabar com qualquer possibilidade de ameaça subversiva, a qual não tinha limites institucionais. E a prova disso se reflete nos esforços do Estado em perseguir, calar e torturar homens que até algumas semanas antes compunham o aparato de mantenedores da própria ordem pública.

Um dos itens mais interessantes a se destacar do documento produzido pela Brigada Militar é a utilização do termo "preso político" como forma de se referir aos policiais militares condenados às dependências do Presídio Militar Especial. Informação essa que indica uma noção de quem redigiu os boletins sobre o Terrorismo de Estado que estava em exercício no período contra aqueles polícias.

As consequências do golpe de Estado de 1964 para os militares que tentaram resistir foram as mais severas possíveis. Ragnini busca em sua dissertação explorar essas consequências a partir de uma perspectiva que leve em conta justamente a subjetividade psicológica de policiais militares que além de expurgadas foram constantemente perseguidas pelo regime instaurado. Perpassam por essas questões os momentos de tortura.<sup>67</sup>

O resultado que os expurgos e as prisões tiveram nas vidas dos praças e oficiais da Brigada Militar foram incalculáveis. Muitos se exilaram para evitar novos cárceres e só retornaram ao Brasil anos depois. Outros vagaram desempregados durante meses, pois ninguém os queria contratar. Para todos o expurgo significou a perda de prestígio enquanto policiais de integridade. Suas famílias foram perseguidas pelo regime e suas casas vigiadas. Suas verdades só foram ouvidas durante as fases finais da ditadura civil-militar, permitindo a que muitos pudessem finalmente usufruir de suas dignas aposentadorias equivalentes aos cargos que ocupavam no momento de seus afastamentos.

---

<sup>65</sup> MELLO,. p. 61.

<sup>66</sup> PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: Revista História & Luta de Classes. Ano 3, Edição No 3, julho de 2007, p. 46.

<sup>67</sup> RAGNINI,. 2005.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As indagações que guiaram a construção desta investigação apontavam para, em primeiro lugar, situar e definir a função institucional da Brigada Militar na história social do Rio Grande do Sul, para então, a partir disso, compreender as atuações políticas desta Corporação, bem como as suas tomadas de decisões nos momentos chave que esta pesquisa deteve-se. Após a contextualização dessa etapa, a pesquisa pode seguir em direção a atuação da BM durante os anos de 1961 e 1964, pois neste recorte se encontram os momentos mais conflituosos internamente na instituição. Opiniões de indivíduos influentes passaram a se antagonizar no campo político, criando o cenário calamitoso que encontramos no período do rompimento das estruturas democráticas no Brasil. Por fim, a obra encontra seu objetivo principal de entender como ocorreu o processo de expurgo e encarceramento de membros da Brigada Militar em um prédio público drasticamente alterado para se tornar um local de cárcere. As conclusões tiradas a partir disso se enquadram em uma lógica contínua de eventos sociais e políticos que não podem ser avaliados de maneira isolada.

O golpe civil-militar de 1964 representou a ruptura com o governo João Goulart e com a já fragilizada democracia brasileira. A tomada de poder pela força, justificada no combate ao comunismo, deu início a um longo processo de expurgos, prisões e afastamentos contra servidores e funcionários das mais diferentes profissões dentro da sociedade brasileira, tudo amparado pela lógica de Segurança Nacional.

É na sucessão destes eventos que a “operação limpeza” alcança as fileiras da Brigada Militar, tendo acusado de subversão e insubordinação não apenas policiais militares que se organizaram ao lado do general do Exército Ladário Teles, a exemplo do tenente-coronel da BM Daisson, mas também outros oficiais e praças da Corporação que nada fizeram sob intenções de resistir ao golpe. À estes, foram imputados “crimes” por suas ligações pessoais com o PTB ou com Leonel Brizola. Ou ambos. Deste modo, 39 Brigadianos foram inquiridos no primeiro IPM solicitado pelo comando da Brigada Militar, criando-se assim a ideia geral de que todos estes investigados - futuros expurgados - compunham um grupo unificado de propagadores de teses de doutrina marxista.

Dentro dessa conjuntura, concluímos que a lógica utilizada pelo regime ditatorial ao intimidar e encarcerar os policiais da BM estava alicerçada no envolvimento dos indivíduos com

Brizola e, quando o caso, suas participações na Campanha da Legalidade em 1961. Contudo, quando cruzadas as informações disponibilizadas no livro de Maildes, além das apelações anexadas ao IPM 284, nota-se que a acusação que categorizou os policiais como pertencentes ao Grupo dos Onze não necessariamente é verdadeira. Pois no contexto da época, acusar alguém de pertencer a esses grupos era um processo comum de legitimação da ditadura e desqualificação dos opositores, ou seja, acusar alguém de tal pertencimento não significou que esse indivíduo fizesse parte dessas organizações. O regime procurou orientar suas ações antidemocráticas com embasamentos "legais" constantemente, vide os Atos Institucionais, porém mesmo seguindo regras criadas a bel prazer, frequentemente observam-se aberrações legais e incongruências nos seus trâmites. Os IPMs; suas investigações, justificativas, julgamentos e punições são nosso exemplo mais próximo.

A apropriação de uma escola pública não necessariamente configura uma incongruência legal, mas definitivamente uma bizarrice decretada pelo Estado. Só não parece mais absurda ainda porque o prédio ainda não havia sido ocupado por jovens e adolescentes inseridos na aprendizagem. Porém, indiferente a essa situação, sequestrar e aprisionar soldados da Polícia Militar dentro de um estabelecimento tão inusitado serve para reforçar a necessidade urgente da remoção de indivíduos indesejados compondo as fileiras da Corporação.

O prédio, situado em uma região entendida como militarizada, loteada e adquirida pela Corporação ainda em sua criação, deteve ao longo de toda sua história um simbolismo muito forte para a Brigada Militar. Na então chamada Chácara das Bananeiras, a BM constituiu seus primeiros campos voltados para o treinamento de guerra, quartéis gerais e prédios de administração. A região prosperou concomitante à BM, estando atreladas as relações de ambas ao longo dos anos. Na medida em que novos batalhões e companhias foram abertas e ali situadas, a vida urbana adjacente foi se formando. Com a oficialização da região como o Bairro Aparício Borges, o nome serviu para "coroar" a Corporação com seu próprio bairro - o mesmo se vê com o título não oficial de "Morro da Polícia" dado a encosta adjacente ao bairro na zona leste.

A partir dessa construção regional nota-se o vínculo material que a Corporação possui com este local central da cidade de Porto Alegre. Assim, dentro da lógica que as ditaduras do Cone Sul utilizaram na construção de seus locais de repressão e tortura, ao escolher prédios públicos ou residências para se misturar-se a malha urbana da cidade, e assim ficarem "invisíveis", o local escolhido para encarcerar oficiais e praças perseguidos e expurgados se

encaixou no ideário repressivo: um prédio vazio, cercado por quartéis e casas de policiais militares, despercebido aos olhos dos transeuntes. Assim o Colégio Paulo da Gama foi convertido em Presídio Militar Especial a mando do Exército, tendo sua administração entregue a própria Corporação. Seus muros foram guardados por policiais da própria Brigada. As torturas psicológicas são unânimes nos relatos, apresentando-se nas mais variadas formas. Policiais de cargo igual - até subalternos - ameaçando colegas por estes serem seus antigos desafetos, como Maildes e o coordenador Patasso. Fato este que leva ao entendimento que os expurgados foram transferidos de seus antigos centros clandestinos de cárcere e reunidos num mesmo local para dificultar seu contato com o mundo exterior.

O Colégio Paulo da Gama se torna questão central na análise deste texto, devido a relevância histórica que o mesmo ganha ao ser utilizado como um centro de repressão e, anos depois, voltar a ser escola. Os significados e ressignificados possíveis através de sua marca no tempo abrem um leque de possibilidades para se trabalhar sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Porém, infelizmente, as lógicas praticadas pelas políticas liberais dos governos posteriores ao regime ditatorial colocaram em prática processos de apagamento e negação histórica que reverberam de maneira muito expressiva no cotidiano, ainda mais em lugares singulares como o “bairro da Brigada”.

Essa análise não se constitui como um fim em si mesma, pois com a possibilidade de novas fontes ainda não dissecadas, novos trabalhos a serem construídos, pode-se fazer diferentes questionamentos sobre os motivos que levaram aos eventos da Legalidade e da ditadura civil-militar, especialmente utilizando-se de um ponto de vista em que se coloca as forças policiais como agentes políticos, ativos no processo, mas também vítimas de suas próprias mazelas. Todavia, acreditamos que essa investigação trouxe elementos interessantes para se compreender a atuação dos policiais da Brigada Militar durante o golpe civil-militar, inovando ao considerar a perseguição e cassação contra agentes da Corporação ações tão relevantes quanto a punição em forma de confinamento que lhes foi imposta.

Acreditamos também que, de alguma forma, esse trabalho pode vir a contribuir com as discussões acerca do papel dos policiais militares no panorama político vigente. Não pretendemos de forma alguma inocentar a Corporação pelo seu colaboracionismo durante o período. Esperamos, apenas, que os policiais militares que são exceção à regra não sejam confundidos com os sediciosos, nem que seus atos a favor da democracia sejam esquecidos.

## **7 REFERÊNCIAS**

## Lista de Fontes

BRIGADA MILITAR. **Brigada Militar na Legalidade**. Edição Especial. Porto Alegre: Corag, 2011. Disponível em

AR 38.521 de 1964 a 1972.

MELLO, Maildes Alves de. **Jantar dos Inocentes – a Saga dos Expurgados**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2008.

PROCESSO 284 - Disponível BNM Digital.

## Bibliografia

ARAUJO, Rafael de Borba. **A Brigada Militar e a Segurança Nacional: inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os grupos de onze?: Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Dissertação de mestrado do programa de pós graduação em história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2003.

CASTELLO BRANCO, Carlos. **A renúncia de Jânio**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Brasília, Senado Federal, 2000.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo – da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Editora da Universidade, 1988.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892-1988)**. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MARIANTE, Hélio Mouro. **Crônica da Brigada Militar Gaúcha**. Porto Alegre. Editora: Imprensa Oficial, 1972.

MARKUN, Paulo. **1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil**. São Paulo: Benvirá, 2011.

MEZZOMO, Sócrates Ragnini. **O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de

Passo Fundo. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História. Passo Fundo, março de 2005.

NICOLI NUNE, Vitória. PETRY RAHMEIER, Andrea. **Avante, brasileiros, de pé, unidos pela liberdade, marchemos todos juntos: a Brigada Militar e o Movimento da Legalidade.** Taquara, v. 11, n. 1, jan./dez. 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: **Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.** In: Revista História & Luta de Classes. Ano 3, Edição No 3, julho de 2007.

PEREIRA, Anthony. **O Papel dos Advogados de Defesa na Justiça Militar Brasileira, 1964-1969.** in Martins Filho, João Roberto. O Golpe de 1964 e o Regime Militar: Novas Perspectivas: Edufscar. São Paulo, 2006.

PEREIRA, Anthony. **Political Injustice: Authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile and Argentina.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

RIBEIRO, Lucas Cabral. A polícia militar e sua relação com a política, o Estado e o poder. I Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo: 2011.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre crônicas da minha cidade.** Porto Alegre: editora Movimento, 1975.

SILVA, Hélio. **1964: Golpe ou Contragolpe?.** Editora: L & PM, Porto Alegre, 2011.

SIMÕES, Moacir Almeida. **História da Brigada Militar Para Fins Didáticos e de Palestras.** Porto Alegre: POLOST, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** 3o Ed. Rio de Janeiro. Editora: Civilização brasileira, 1979.

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o Brasil – de Jânio Quadros ao Marechal.** Castelo Branco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

### Sítios eletrônicos consultados

ALVARES, Tarcy G. Guias dos Bairros. Guia Informativo e Turístico de Porto Alegre. Dados do Censo/IBGE 2000 In: <http://www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em 01 mar 2023.

<[http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNorms=49195&hTexto=&Hid\\_IDNorma=49195](http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNorms=49195&hTexto=&Hid_IDNorma=49195)> Acesso em 05 mar 2023.

<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>> Acesso em 8 mar 2023.

< <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/bnm-digital>> Acesso em 8 mar 2023.

<<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Multimidea/Internet/Banner/RevistaLegalidade.pdf>>  
Acesso em 20 fev 2023

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>> Acesso em 18 jan 2023.